

VISÃO GERAL

**MIGRANTES,
REFUGIADOS
.... e
SOCIEDADES**

Visão Geral

MIGRANTES, REFUGIADOS ... e ... SOCIEDADES

Este livretinho contém a visão geral, bem como o sumário e outros elementos pré-textuais do Relatório de Desenvolvimento Mundial 2023: Migrantes, Refugiados e Sociedades [World Development Report 2023: Migrants, Refugees and Societies] doi: 10.1596/978-1-4648-1941-4. A versão final em PDF estará disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/> e <http://documents.worldbank.org>. Exemplares impressos poderão ser adquiridos em <http://amazon.com>. Favor usar a versão final do livro para fins de citação, reprodução e adaptação.

© 2023 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial
1818 H Street NW, Washington D.C. 20433
Telefone: 202-473-1000; Internet: www.worldbank.org

Alguns direitos reservados

Esta obra foi produzida pelo pessoal do Banco Mundial com contribuições externas. As constatações, interpretações e conclusões aqui expressas não refletem necessariamente as opiniões do Banco Mundial, de seu Conselho Diretor, ou dos governos que representam. O Banco Mundial não garante a exatidão, integridade ou a atualidade dos dados apresentados nesta obra, tampouco assume responsabilidade por quaisquer erros, omissões ou discrepâncias nas informações, ou pelo uso ou omissão de informações, métodos, processos ou conclusões. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas nos mapas desta obra não indicam nenhum julgamento do Banco Mundial sobre a situação jurídica de qualquer território, nem o endosso ou a aceitação de tais fronteiras.

Nada aqui constitui ou pode ser considerado uma limitação ou dispensa dos privilégios e imunidades do Banco Mundial, os quais são especificamente reservados.

Direitos e permissões



Esta obra está disponível sob licença da Creative Commons Attribution 3.0 IGO (CC BY 3.0 IGO) <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0> IGO. Nos termos da licença Creative Commons Attribution, o usuário pode copiar, distribuir, transmitir e adaptar esta obra, inclusive para fins comerciais, nas seguintes condições:

Atribuição — Favor citar a obra como segue: Banco Mundial. 2023: Relatório de Desenvolvimento Mundial 2023: Migrantes, Refugiados e Sociedades.” Livretinho com a visão geral. Banco Mundial, Washington, D.C. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

Tradução — Se o usuário produzir uma tradução desta obra, deverá acrescentar o seguinte termo de isenção de responsabilidade juntamente com a atribuição: *Esta tradução não foi feita pelo Banco Mundial e não deve ser considerada uma tradução oficial do Banco Mundial. O Banco Mundial não se responsabiliza pelo conteúdo nem por qualquer erro desta tradução.*

Adaptações — Se o usuário produzir uma adaptação desta obra, deverá acrescentar o seguinte termo de isenção de responsabilidade juntamente com a atribuição: *Esta é uma adaptação de uma obra original do Banco Mundial. Pontos de vista e opiniões expressos na adaptação são de inteira responsabilidade do autor ou autores da adaptação e não são endossados pelo Banco Mundial.*

Conteúdo de terceiros — O Banco Mundial não é necessariamente proprietário de cada um dos componentes do conteúdo incluído na obra. Portanto, o Banco Mundial não garante que o uso de qualquer componente individual de terceiros ou parte do conteúdo da obra não infrinja direitos de terceiros. O risco de reivindicações resultantes de tal violação recai inteiramente sobre o usuário. Se o usuário desejar reutilizar um componente da obra, recairá sobre o próprio usuário a responsabilidade de determinar se é necessário obter permissão para tal reutilização, bem como obter a referida permissão junto ao proprietário dos direitos autorais. Exemplos de componentes podem incluir, entre outros, tabelas, figuras ou imagens.

Todas as consultas sobre direitos e licenças devem ser endereçadas a World Bank Publications, The World Bank Group, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, USA; e-mail: pubrights@worldbank.org.

Design da capa e das páginas internas: Puntoaparte Editores, Bogotá, Colômbia, com contribuições da equipe de design da unidade de Global Corporate Solutions do Banco Mundial.

Créditos da foto de capa: *Primeira linha, da esquerda para a direita* KAMPUS/Shutterstock.com; BAZA Production/Shutterstock.com; Prostock-studio/Shutterstock.com; airdone/Shutterstock.com; Comanicu Dan/Shutterstock.com; CREATISTA/Shutterstock.com; Aila Images/Shutterstock.com; A.D.S.Portrait/Shutterstock.com; Prostock-studio/Shutterstock.com; LSrockStudio/Shutterstock.com; AJR_photo/Shutterstock.com; SB Arts Media/Shutterstock.com; Jacob Lund/Shutterstock.com. Todas as imagens foram usadas com a permissão do fotógrafo e da Shutterstock.com; uma nova permissão deverá ser solicitada em caso de reutilização.

Segunda linha, da esquerda para a direita Krakenimages.com/Shutterstock.com; Hing Chung Chic/Shutterstock.com; binoyphotofolio/Shutterstock.com; Krakenimages.com/Shutterstock.com; BAZA Production/Shutterstock.com; LightField Studios/Shutterstock.com; Krakenimages.com/Shutterstock.com; Beauty Stock/Shutterstock.com; Cast Of Thousands/Shutterstock.com; AJP/Shutterstock.com; Cast Of Thousands/Shutterstock.com; Pakistan-Zindabad/Shutterstock.com; 15Studio/Shutterstock.com; Daxiao Productions/Shutterstock.com. Todas as imagens foram usadas com a permissão do fotógrafo e da Shutterstock.com; uma nova permissão deverá ser solicitada em caso de reutilização.

Terceira linha, da esquerda para a direita Prostock-studio/Shutterstock.com; Krakenimages.com/Shutterstock.com; Cookie Studio/Shutterstock.com; Kamira/Shutterstock.com; EJ Nickerson/Shutterstock.com; Daxiao Productions/Shutterstock.com; Always Say YESS/Shutterstock.com; AJR_photo/Shutterstock.com; SB Arts Media/Shutterstock.com; Ground Picture/Shutterstock.com; Heru Anggara/Shutterstock.com; BublikHaus/Shutterstock.com; Jenson/Shutterstock.com; Krakenimages.com/Shutterstock.com; poltu shyamal/Shutterstock.com. Todas as imagens foram usadas com a permissão do fotógrafo e da Shutterstock.com; uma nova permissão deverá ser solicitada em caso de reutilização.

Os líderes sacerdotais dos parsis apresentaram-se perante o governante local, Jadhav Rana, que os presenteou com um recipiente cheio de leite, cujo significado era que as terras vizinhas não poderiam acomodar mais pessoas. Em resposta a isso, o sumo sacerdote parsi adicionou um pouco de açúcar ao leite, de forma a indicar que os estrangeiros enriqueceriam a comunidade local sem deslocar ninguém. Eles se dissolveriam na vida como o açúcar se dissolve no leite, adoçando a sociedade, mas sem perturbá-la. O governante respondeu positivamente à imagem eloquente e concedeu aos exilados terras e permissão para praticar sua religião sem impedimentos, desde que respeitassem os costumes locais e aprendessem a língua local, o gujarati.

—*Lenda parsi*

Como comunidade global, enfrentamos uma escolha. Queremos que a migração seja uma fonte de prosperidade e solidariedade internacional, ou um sinônimo de desumanidade e atrito social?

—*António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, 2018*

Sumário

| | |
|------|---------------------------|
| vii | <i>Prefácio</i> |
| ix | <i>Agradecimentos</i> |
| xv | <i>Lições importantes</i> |
| xvii | <i>Glossário</i> |

1 Visão geral

| | |
|-----------|---|
| 2 | A migração é necessária para todos os países |
| 4 | Um marco prático para os formuladores de políticas públicas: a Matriz de Adequação e Motivação |
| 8 | Quando a adequação é alta, os ganhos são grandes. |
| 11 | Quando os níveis de adequação são baixos, os custos precisam ser compartilhados — e reduzidos — multilateralmente |
| 15 | Para melhorar a migração, é necessário mudar nossa maneira de agir |
| 17 | Uma mensagem de esperança |
| 19 | Notas |
| 20 | Referências |
| 23 | Sumário do <i>Relatório de Desenvolvimento Mundial 2023: Migrantes, Refugiados e Sociedades</i> |

Prefácio

Os *Relatórios de Desenvolvimento Mundial* anuais do Banco Mundial, também conhecidos como RDMs ou WDRs, são peças fundamentais do reservatório de conhecimentos e dados da comunidade global sobre questões-chave de desenvolvimento. O relatório deste ano analisa a migração, um dos desafios mais importantes e urgentes do mundo. Há 184 milhões de migrantes em todo o mundo, dos quais 43%, aproximadamente, vivem em países de renda baixa e média. Os problemas relacionados à migração estão se tornando cada vez mais difundidos e prementes devido às profundas diferenças entre os países (e dentro deles) no que tange a salários reais, oportunidades no mercado de trabalho, padrões demográficos e custos climáticos.

A migração contribui de maneira substancial para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza, mas também envolve dificuldades e riscos. As qualificações, energia e recursos dos migrantes ajudam a fortalecer as economias de destino. Em muitos casos, eles também fortalecem seus países de origem, criando mecanismos vitais de apoio às comunidades locais, inclusive por meio de remessas financeiras — que constituem uma tábua de salvação para suas famílias, especialmente em tempos de turbulência. O *Relatório de Desenvolvimento Mundial 2023* propõe políticas para melhorar a gestão da migração nos países de destino, trânsito e origem. Essas políticas podem ajudá-los a aproveitar as oportunidades econômicas e mitigar as dificuldades e os riscos enfrentados pelos migrantes.

O RDM explora os *trade-offs* da migração a partir de seu Marco de Adequação e Motivação. A *adequação* se baseia na economia do trabalho e busca determinar a correspondência entre as qualificações e atributos dos migrantes e as necessidades dos países de destino. Ela ajuda a entender até que ponto os migrantes, os países de origem e os países de destino se beneficiam da migração: quanto mais alta a adequação, maiores serão os ganhos. A *motivação* refere-se às circunstâncias que levam uma pessoa a se mudar para outro país: a busca por oportunidades, ou o medo de perseguição, conflitos armados ou violência. O segundo caso pode resultar em obrigações para o país de destino no âmbito do direito internacional: as pessoas que se mudam devido a um “medo fundamentado” de danos em seu país de origem têm direito à proteção internacional. Ao combinar “adequação” e “motivação”, o marco identifica prioridades políticas para países de origem, trânsito e destino, bem como para a comunidade internacional. O relatório também analisa como tais respostas políticas podem ser melhoradas por meio de iniciativas e instrumentos bilaterais, plurilaterais ou multilaterais. A forma como as políticas são concebidas e implementadas pode direcionar os migrantes a melhores oportunidades e aumentar seu nível de adequação, o que aumenta os benefícios da migração para todos.

Os países de origem podem maximizar os impactos de desenvolvimento da migração laboral em suas próprias sociedades. Eles podem criar maneiras de facilitar os fluxos de

remessas financeira (por exemplo, reduzindo os custos de envio e recebimento dessas remessas). Além disso, podem melhorar as oportunidades de educação, muitas vezes em colaboração com os países de destino, inclusive na promoção de competências linguísticas. Ademais, podem incentivar suas diásporas a realizar investimentos e apoiar os migrantes que regressarem em sua reinserção no mercado de trabalho.

Os países de destino podem aproveitar o potencial da migração para atender às necessidades de seu mercado de trabalho no longo prazo, especialmente no que diz respeito à escassez de mão de obra provocada pelo envelhecimento da população ou pela falta de qualificações específicas. Eles também podem ampliar seus esforços para tratar os migrantes com humanidade e abordar os impactos sociais e econômicos em seus próprios cidadãos. Os países de trânsito precisam coordenar suas ações com os países de destino para lidar com a migração em crise. A cooperação internacional é fundamental para compartilhar os custos de acolhimento de refugiados.

Reconhecendo os desafios e complexidades da migração, este RDM apresenta exemplos baseados em dados e evidências e avalia possíveis compensações, demonstrando como a migração pode promover o desenvolvimento. O Relatório contribuirá para uma melhor compreensão da migração, constituindo uma referência útil para formuladores de políticas públicas e outras partes interessadas. Ele os ajudará a tomar decisões bem-embasadas e formular estratégias eficazes que resultem em melhores resultados para as comunidades e os indivíduos.



David Malpass
Presidente do Grupo Banco Mundial

Agradecimentos

O *Relatório de Desenvolvimento Mundial 2023* foi elaborado por uma equipe do Banco Mundial liderada por Xavier Devictor, Quy-Toan Do e Çağlar Özden. Joyce Antone Ibrahim atuou como líder da equipe de trabalho. Até junho de 2022, a orientação geral ficou a cargo de Carmen Reinhart, ex-vice-presidente sênior e economista-chefe; a partir de setembro de 2022, de Indermit Gill, atual vice-presidente sênior e economista-chefe, e de Aart Kraay, diretor de Políticas de Desenvolvimento da Vice-Presidência de Economia do Desenvolvimento e vice-economista-chefe. O relatório foi patrocinado pela Vice-Presidência de Economia do Desenvolvimento.

A equipe central de autores foi composta por Paige Casaly, Viviane Clement, Vikram Raghavan, Kanta Rigaud, Sandra Roza Villarraga, Zara Sarzin, Kirsten Schuettler, Ganesh Seshan, Maheshwor Shrestha, Mauro Testaverde, Solomon Walelign, Christina Wieser e Soonhwa Yi, além dos analistas de pesquisa Laura Caron, Narcisse Cha'ngom, Jessica Dodo Buchler, Sameeksha Khare, Matthew Martin, Elham Shabahat, Samikshya Siwakoti e Adesola Sunmoni. Selome Missael Paulos prestou apoio administrativo à equipe, com o auxílio de Aidara Janulaitye. Barthelemy Bonadio, April Frake, Janis Kreuder e Tony Zurui Su auxiliaram os autores dos capítulos em várias etapas do trabalho. Bruce Ross-Larson orientou o desenvolvimento para a elaboração do relatório.

A equipe mais ampla incluiu Caroline Sergeant e Thamesha Tennakoon. Erhan Artuc desenvolveu a metodologia utilizada para desenvolver a matriz de migração bilateral do relatório. Gero Carletto contribuiu para o destaque 2 sobre dados; e Lucia Hanmer, Laura Montes e Laura Rawlings contribuíram para o destaque 4 sobre gênero. Anne Koch, Nadine Biehler, Nadine Knapp e David Kipp redigiram o quadro 6.3 sobre lições da Alemanha. Irene Bloemraad, Victoria Esses, Connie Eysenck, William Kymlicka, Rachel McColgan e Yang-Yang Zhou contribuíram para as seções do capítulo 6 sobre países de destino. Paulo Bastos, Irina Galimova, Rebeca Gravatá, Alreem Kamal e He Wang auxiliaram na revisão das traduções.

A estratégia de comunicação e engajamento foi liderada por uma equipe composta por Chisako Fukuda, Karolina Ordon, Anugraha Palan, Elizabeth Price, Joe Rebello, Shane Romig e Mariana Teixeira. Paul Blake liderou e coordenou a produção do vídeo. Kristen Milhollin, Mikael Reventar e Roula Yazigi forneceram serviços *online* e de internet, além de orientações relacionados a esses serviços. Nossos agradecimentos especiais a Stephen D. Pazdan, que coordenou e supervisionou a produção formal do relatório, e ao Programa de Publicações Formais do Banco Mundial, incluindo Cindy Fisher e Patricia Katayama. Mary C. Fisk coordenou as múltiplas traduções da Visão Geral e das Mensagens Principais realizadas pela equipe de tradução e interpretação, sob os cuidados de Bouchra Belfqih.

Deb Barker e Yaneisy Martinez administraram a impressão e as conversões eletrônicas do relatório e seus vários produtos paralelos.

A nota conceitual foi editada por Anne Koch. O relatório foi editado por Sabra Ledent e Nancy Morrison e revisado por Gwenda Larsen e Catherine Farley. Robert Zimmermann verificou as extensas citações do texto. O estúdio Reyes Work produziu algumas das figuras e infográficos do relatório assim como Bill Oragluski da Critical States. A empresa Puntoaparte Editores foi o principal designer gráfico, e a BMW e Datapage forneceram serviços de composição.

Van Thi Hong Do, Dayana Leguizamon, Monique Pelloux Patron e Ghulam Ahmad Yahyaie assistiram a equipe com o gerenciamento de recursos. Rolf Parta organizou os retiros da equipe e outras sessões em grupo. Além disso, manifestamos nossa gratidão aos colegas de vários escritórios do Banco Mundial ao redor do mundo, que ajudaram na logística e no engajamento de partes interessadas durante as missões dos membros da equipe. Agradecemos especiais a Maria Alyanak, Gabriela Calderon Motta, Maria del Camino Hurtado, Grace Soko e Sebastian Stolorz por sua ajuda na coordenação e nas estratégias de engajamento de alto nível.

A equipe contou com a orientação e contribuições de um Comitê Consultivo Interno formado por: Dina Abu-Ghaida, Loli Arribas-Banos, Caroline Bahnson, Michel Botzung, Gero Carletto, Ximena del Carpio, Stephane Hallegatte, David McKenzie, Pia Peeters e Dilip Ratha. A equipe também agradece as orientações, comentários e contribuições de outros colegas do Grupo Banco Mundial, especialmente da Vice-Presidência de Economia do Desenvolvimento; da Vice-Presidência de Economia e Desenvolvimento do Setor Privado da Corporação Financeira Internacional; da Vice-Presidência Jurídica; da Prática Global de Meio Ambiente, Recursos Naturais e Economia Azul; da Prática Global de Finanças, Competitividade e Inovação; da Prática Global de Pobreza e Equidade; da Prática Global de Proteção Social e Empregos; da Prática Global de Sustentabilidade e Inclusão Social; do Grupo de Mudanças Climáticas; do Grupo de Fragilidade, Conflitos e Violência; da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos; e da Divisão de Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional. Nossos agradecimentos, também, aos muitos colegas do Banco Mundial que forneceram comentários por escrito durante o processo formal de revisão, que envolveu todo o Banco. Esses comentários foram inestimáveis num momento crucial da produção do relatório.

A equipe também recebeu com gratidão sugestões e orientações de um Painel Consultivo de Alto Nível formado por: Nasser Alkahtani, diretor executivo do Programa do Golfo Árabe para o Desenvolvimento da Arábia Saudita; Davinia Esther Anyakun, ministra de Estado de Assistência, Preparação para Desastres e Refugiados de Uganda; Alejandra Botero Barco, ex-diretora geral do Departamento de Planejamento Nacional da Colômbia; Karl Chua, ex-secretário de Planejamento Socioeconômico da Autoridade Nacional de Desenvolvimento Econômico das Filipinas; Reha Denemeç, ex-vice-ministra de Educação Nacional da Turquia; Tiébilé Dramé, ex-ministra de Relações Exteriores e ex-parlamentar de Mali; Filippo Grandi, alto comissário do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur); Carlos Gutierrez, ex-secretário de Comércio dos Estados Unidos; Gilbert F. Hounbo, diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (desde outubro de 2022); Mary Kwar, ex-ministra de Planejamento e Cooperação Internacional da Jordânia; Yuba Raj Khatiwada, ex-ministro das Finanças, ex-ministro do Planejamento e ex-presidente do Banco Central do Nepal; Janez Lenarčič, comissário para Gestão de

Crises da Comissão Europeia; David Miliband, presidente e CEO do Comitê Internacional de Resgate; Guy Ryder, ex-diretor-geral da OIT (até setembro de 2022); Asif Saleh, diretor executivo da BRAC de Bangladesh; e António Vitorino, diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações. Volker Türk também atuou como membro do painel a título pessoal até setembro de 2022.

A equipe também recebeu sugestões e contribuições de um Comitê Consultivo Acadêmico formado por: Ran Abramitzky (Universidade Stanford); Emmanuelle Auriol (Faculdade de Economia de Toulouse); Alexander Betts (Universidade de Oxford); Michael Clemens (Centro de Desenvolvimento Global); Alexander de Sherbinin (Faculdade de Clima da Universidade Columbia); Frédéric Docquier (Universidade Católica de Louvain/Instituto de Pesquisa Socioeconômica de Luxemburgo); Esther Duflo (Instituto de Tecnologia de Massachusetts); Filiz Garip (Universidade de Princeton); Guy Goodwin-Gill (Universidade de Oxford); Jennifer Hunt (Universidade Rutgers); Ana María Ibáñez (Banco Interamericano de Desenvolvimento/Universidade dos Andes); Susan Martin (Universidade de Georgetown); Anna Maria Mayda (Universidade de Georgetown); Edward Miguel (Universidade da Califórnia em Berkeley); Mushfiq Mobarak (Universidade Yale); Giovanni Peri (Universidade da Califórnia em Davis); Lant Pritchett (Universidade de Oxford); Jaya Ramji-Nogales (Faculdade de Direito Beasley; Universidade Temple); Hillel Rapoport (Universidade de Paris 1 Pantheon-Sorbonne/Faculdade de Economia de Paris); Jackie Wahba (Universidade de Southampton).

A equipe realizou uma série de consultas bilaterais e visitas de campo com vários governos e parceiros de desenvolvimento, a saber: Alemanha, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bangladesh, Camarões, Colômbia, Costa do Marfim, Dinamarca, Estados Unidos, Estônia, Etiópia, Filipinas, Finlândia, França, Geórgia, Guatemala, Indonésia, Itália, Japão, Jordânia, Kuwait, Letônia, Lituânia, Marrocos, México, Países Baixos, Peru, Portugal, Reino Unido, República Centro Africana, Suécia, Suíça, Tunísia. Além disso, reuniu-se com as seguintes direções-gerais da Comissão Europeia: Ação Climática; Parcerias Internacionais; Migração e Assuntos Internos; e Políticas de Vizinhança e Negociações de Alargamento; o Serviço Europeu de Ação Externa; o Conselho de Especialistas em Integração e Migração (Alemanha); e o Vaticano.

A equipe também consultou várias organizações internacionais e regionais, tais como o Banco Asiático de Desenvolvimento; a Comunidade do Caribe (Caricom); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Unidade de Migração); a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento; o Comitê Internacional da Cruz Vermelha; a OIT; a Organização Internacional para as Migrações (OIM); a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN-Desa, Divisão de População); a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; e o Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamentos Internos.

A equipe agradece à Universidade Columbia, à Universidade Cornell, à InterAction, ao Conselho Internacional de Agências Voluntárias, à Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), ao Instituto de Desenvolvimento Internacional, ao Instituto Peterson de Economia Internacional e à Refugees International por organizar e conduzir uma série de mesas-redondas e seminários com acadêmicos e organizações não governamentais.

A equipe se beneficiou das contribuições de vários *think tanks* e institutos de pesquisa, entre os quais o Centro de Desenvolvimento Global; a Chatham House; a Freedom House;

o Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança; o Instituto de Assuntos Internacionais e Europeus; a Organização de Comércio Exterior do Japão, o Instituto Jetro de Economias em Desenvolvimento; o Instituto de Pesquisa Jica Ogata; o Instituto de Políticas de Migração; e o Conselho Nacional de Pesquisa da Itália.

A equipe também recebeu contribuições de várias organizações da sociedade civil, entre as quais: ActionAid Bangladesh; Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais; Agência de Migração e Adaptação; Ain O Salish Kendra; Universidade Muçulmana Aligarh; Todos pelo Desenvolvimento Integral; Aliança pela Paz; Universidade Americana de Beirute; Amiga z.s.; Fundação Angels de Apoio a Refugiados; Renascimento Árabe para a Democracia e o Desenvolvimento; Plataforma de Soluções de Deslocamento da Ásia; Associação de Enfermeiros de Reabilitação; Nari Sramik Kendra de Bangladesh; Associação Ovhibashi Mohila Sramik de Bangladesh; Basmeh e Zeitooneh; Fundação Bill e Melinda Gates; Bond; Universidade Bordeaux-Montaigne; BRAC; British International Investments; Empresas contra a Pobreza; Care Internacional; Care Internacional da Jordânia; Care Internacional do Reino Unido; Agência Católica de Desenvolvimento Internacional; Serviços Católicos de Assistência; Centro de Filantropia para Desastres; Centro de Desenvolvimento Global; Centro de Diálogos Interculturais; Centro de Paz e *Advocacy*; Centro de Desenvolvimento de Políticas; Centro de Diálogos sobre Políticas; Serviço Mundial da Igreja; CLEAR Global; Centros Globais Columbia; Comunidade Congolesa de Banyamulenge; Cordaid International; Cultuur in Harmonie; Conselho Dinamarquês de Refugiados; Delegação da União Europeia em Bangladesh; Universidade Dilla; Durrat AlManal for Development and Training; Conselho Econômico; Social e Ambiental; Embaixada da Dinamarca; Encuentros SJM; Serviço Europeu de Ação Externa; Fundação Films 4 Peace; Fondazione Compagnia di San Paolo; Food for the Hungry; Ministério das Relações Exteriores e do Desenvolvimento do Reino Unido; Centro Alemão de Pesquisa sobre Integração e Migração; Campanha Global por Direitos Iguais de Nacionalidade; Global Recordings Network USA; Fórum Global de Pesquisa sobre Diáspora e Transnacionalismo; Good Neighbours; Grace; Organizações de Lideranças de Base; Grupo Equilibrium; Faculdade Guilford; HasNa; Sociedade Judia de Auxílio a Imigrantes; Helvetas International; Esperança para Crianças e Mulheres Vítimas de Violência; Associação de Mulheres Migrantes da Hungria (she4she); Fundação IHH de Apoio Humanitário; OIT; Instituto de Vida Independente; Instituto de Governo; Instituto de Assuntos Internacionais e Europeus; InterAction; Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos; Centro Internacional de Desenvolvimento de Políticas de Migração; Comitê Internacional da Cruz Vermelha; Conselho Internacional de Agências Voluntárias; Liga Internacional Independente de Hóquei; Instituto Internacional de Estudos Estratégicos; Intersos; OIM; Islamic Relief Worldwide; Itastra; Jeronimo Martins; Serviço Jesuíta de Refugiados; Fundo Hachemita da Jordânia para o Desenvolvimento Humano; Universidade Giessen Justus Liebig; Centro Vocacional Kakuma; Crianças que Precisam de Defesa; Kivu Kwetu Développement; Living Water Community; Federação Luterana Mundial; Fundação Manusher Jonno; Universidade McGill; Médicos do Mundo Japão; MedGlobal; Organização Me for You; Mercy Corps; Mercy Corps Jordânia; Rede da Sociedade Civil para Deslocados do Oriente Médio e Norte da África; MiGreat; Misereor; Moltivolti; Agência Nacional para a Promoção de Emprego e Competências; Conselho Nacional de Direitos Humanos do Marrocos; Fundação de Refugiados dos Países Baixos; Recém-Chegados com Deficiências na Suécia; Nova Faculdade de Pesquisa Social; Nova

Universidade de Sorbonne; Universidade de Nova York; Conselho Norueguês de Refugiados; Conselho Norueguês de Refugiados na Jordânia; Conselho Norueguês de Refugiados nos EUA; Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia; Ocasiven; OCDE; Experiências Regenerativas Osun Rise; Instituto de Desenvolvimento Internacional; Programa Ovibashi Karmi Unnayan; Oxfam Ibis; Oxfam Internacional; Oxfam Jordânia; Oxfam Novib; Oxfam Reino Unido; Fundação Panamericana de Desenvolvimento; Pasos Firmes; Missão Permanente da República do Quênia junto às Nações Unidas; Representação Permanente do Reino dos Países Baixos junto à União Europeia; Plan International; Plan International da Jordânia; Centro de Políticas Públicas do Novo Sul; RA Studio; Unidade de Pesquisa sobre Movimentos de Migrantes e Refugiados; Refugee Company; Consórcio de Refugiados do Quênia; Conselho de Refugiados; Integração de Refugiados por meio da Revitalização Baseada na Internet da Europa Rural; Fundo de Investimento de Refugiados; Rede de Investimentos de Refugiados; Iniciativa de Autossuficiência de Refugiados; Refugees International; Secretaria de Soluções Regionais Duradouras; Relief International; RW Welfare Society; Samuel Hall; Save the Children; Sawiyan; Rede Seek de Pesquisas Feministas; SEP Jordan; 17 Ventures; Futebol sem Fronteiras Uganda; Sociedade de Direitos Humanos e Apoio a Prisioneiros do Paquistão; Centro de Solidariedade; Souq Fann; Stand for the Refugee Africa SRA; Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação; Centro de Justiça e Responsabilização da Síria; Tamkeen; Parceria Tent para Refugiados; UMI; Acnur; Conselho Consultivo Global para Jovens do Acnur; Representação do Acnur na Holanda; Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; Escritório do Coordenador Residente das Nações Unidas; ONU Mulheres; Conselho Consultivo para Refugiados dos Estados Unidos; Universidade de Oxford; Universidade da Virgínia; Fundação Warbe de Desenvolvimento; War Child Canada; Wilton Park; Winrock International; Comissão de Mulheres para Refugiados; Grupo Banco Mundial em Genebra; Conselho Mundial de Refugiados e Migração; World Vision; World Vision Internacional; Cooperação de Jovens para Ideias; e Fundação Youth Up.

A equipe agradece especialmente às muitas organizações lideradas por migrantes e refugiados que foram consultadas e nos permitiram garantir que as vozes de migrantes e refugiados fossem ouvidas. Elas incluem a Associação de Solidariedade de Refugiados Afegãos; a Rede Africana Liderada por Refugiados Relon; a Arci Porco Rosso; a organização Acesso ao Asilo; o Fórum de Reassentamento de Agentes de Mudança; a Associação de Refugiados de Darfur em Uganda; a Coalizão Europeia de Migrantes e Refugiados; a Rede Global Liderada por Refugiados; a Hope for Refugees in Action; o Comitê Internacional de Resgate; o Conselho Consultivo Irlandês de Refugiados; a Mediterranean Hope; a Rede de Direitos dos Migrantes; a Mosaico; a New Women Connectors; a Organização para a Harmonia Infantil; a Pessoas pela Paz e Defesa dos Direitos; a Rede Place; a Iniciativa Social Plethora; a PPDR Uganda; o Grupo de Assessoria de Refugiados; a Rede de Assessoria de Refugiados do Canadá; a Rede de Organizações Lideradas por Refugiados de Uganda; a Sitti Soap; a Umoja Refugee; e a Equipe de *Advocacy* Social de Jovens.

Além disso, a equipe consultou vários acadêmicos, entre os quais: Tendayi Achiume (Universidade da Califórnia em Los Angeles); T. Alexander Aleinikoff (The New School); Mustapha Azaitraoui (Universidade do Sultão Moulay Slimane, Beni Mellal, Faculdade de Khouribga); Massimo Livi Bacci (Universidade de Florença); Kaushik Basu (Universidade Cornell); Bernd Beber (WZB); Irene Bloemraad (Universidade da Califórnia em Berkeley); Chad Bown (Instituto Peterson de Economia Internacional); Nancy Chau (Universidade

Cornell); Huiyi Chen (Universidade Cornell); Vincent Chetail (Instituto de Pós-Graduação de Genebra); Cathryn Costello (Faculdade Hertie); Jishnu Das (Universidade de Georgetown); Glen Denning (Universidade Columbia); Shanta Devarajan (Universidade de Georgetown); Jasmin Diab (Universidade Americana Libanesa); Mamadou Diouf (Universidade Columbia); Ángel A. Escamilla García (Universidade Cornell); Victoria Esses (Universidade de Ontário Ocidental); Ama R. Francis (Universidade Columbia); Feline Freier (Universidade do Pacífico no Peru); Filiz Garip (Universidade de Princeton); Guy Grossman, (Universidade da Pensilvânia); Shannon Gleeson (Universidade Cornell); Yuki Higuchi (Universidade Sofia); Walter Kälin (membro do Grupo Consultivo de Especialistas do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral da ONU sobre Deslocamentos Internos e da Universidade de Bern); Ravi Kanbur (Universidade Cornell); Neeraj Kaushal (Universidade Columbia); Will Kymlicka (Universidade Queen's); Jane McAdam (Universidade Queen's de New South Wales em Sydney); Gustavo Meireles (Universidade Kanda de Estudos Internacionais); Pierluigi Montalbano (Universidade La Sapienza); Yuko Nakano (Universidade de Tsukuba); Daniel Naujoks (Universidade Columbia); Izumi Ohno (Instituto Nacional de Pós-Graduação em Políticas Públicas); Obiora Chinedu Okafor (Faculdade de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins); Brian Park (Universidade Cornell); Eleanor Paynter (Universidade Cornell); Paolo Pinotti (Universidade Bocconi); Adam Posen (Instituto Peterson de Economia Internacional); Furio Rosati (Universidade de Tor Vergata); Yasuyuki Sawada (University of Tokyo); Alexandra Scacco (WZB); Mai Seki (Universidade Ritsumeikan); Akira Shibamura (Universidade de Tóquio) Dana Smith (Universidade Cornell); Aya Suzuki (Universidade de Tóquio); Jan Svejnar (Universidade Columbia); Saburo Takizawa (Universidade Touyo Eiwa); Joel Trachtman (Faculdade Fletcher de Direito e Diplomacia da Universidade Tufts); Carlos Vargas-Silva (Universidade de Oxford); Nicolas Veron (Instituto Peterson de Economia Internacional); Tatsufumi Yamagata (Universidade Ritsumeikan da Ásia-Pacífico); Keiichi Yamazaki (Universidade Nacional de Yokohama); e Yang-Yang Zhou (Universidade da Colúmbia Britânica).

Os documentos de referência, juntamente com o engajamento das partes interessadas e as atividades de divulgação, gozaram do generoso apoio do Fundo Fiduciário de Multidoadores para Deslocamentos Forçados.

Por fim, a equipe pede desculpas a quaisquer indivíduos ou organizações inadvertidamente omitidos desta lista e expressa sua gratidão a todos os que contribuíram para a produção deste relatório, inclusive aqueles cujos nomes podem não ter sido lembrados aqui. Os membros da equipe também gostariam de agradecer a suas famílias por todo o seu apoio durante a elaboração deste relatório.

Lições importantes

Este relatório faz uma análise abrangente da migração internacional e de seu potencial como força motriz de crescimento e prosperidade compartilhada em *todos* os países.

- **Ele se concentra em pessoas que não têm cidadania no país em que vivem: cerca de 184 milhões de pessoas em todo o mundo, incluindo 37 milhões de refugiados.** Cerca de 43% dessas pessoas vivem em países de renda baixa e média. Às vezes, os migrantes são definidos como “pessoas nascidas em outro país”. Este relatório propõe uma visão diferente, uma vez que pessoas naturalizadas gozam dos mesmos direitos de todos os outros cidadãos.
- **A rápida mudança demográfica está tornando a migração cada vez mais necessária para países de todos os níveis de renda.** A população dos países de renda alta está envelhecendo rapidamente. O mesmo ocorre nos países de renda média, que estão envelhecendo antes de se tornarem ricos. A população dos países de renda baixa está crescendo, mas os jovens estão entrando no mercado de trabalho sem as qualificações demandadas pelo mercado de trabalho global. Essas tendências desencadearão uma competição global por trabalhadores.
- **Este relatório propõe um marco poderoso para orientar a formulação de políticas públicas com base na adequação entre as qualificações e atributos dos migrantes e as necessidades dos países de destino e em sua motivação para a migração.** A adequação determina até que ponto os migrantes, os países de origem e os países de destino se beneficiam da migração. A motivação pode criar obrigações de direito internacional para o país de destino: as pessoas que se mudam devido a um “medo fundamentado” de danos ou perseguição em seu país de origem – refugiados, por definição – gozam de direito à proteção internacional.
- **O Marco de Adequação e Motivação permite que os formuladores de políticas públicas ofereçam respostas adequadas, e o relatório identifica as políticas necessárias.**
 - *Quando o nível de adequação dos migrantes é alto, os ganhos são grandes para eles próprios e para os países de origem e destino.* Este é o caso da grande maioria dos migrantes, independentemente de serem muito ou pouco qualificados, regulares ou irregulares. O objetivo da política deve ser maximizar os ganhos para todos.
 - *No caso dos refugiados, quando os níveis de adequação são mais baixos, os custos precisam ser compartilhados — e reduzidos — multilateralmente.* As situações de refugiados podem se arrastar por anos. O objetivo da política deve ser reduzir os custos de acolhimento, mantendo padrões adequados de proteção internacional.

- *Quando o nível de adequação é baixo e as pessoas não são refugiadas, surgem desafios difíceis no campo de políticas públicas, especialmente quando os migrantes estão em crise ou em situação irregular. É prerrogativa dos países de destino regular a entrada desses migrantes, mas a deportação e a recusa de entrada podem resultar em tratamentos desumanos. As políticas restritivas adotadas por países de destino também podem impor custos a alguns países de trânsito. O objetivo da política deve ser reduzir a necessidade da migração em crise — e o desenvolvimento pode desempenhar um papel crucial.*
- **Os países de origem devem gerir ativamente a migração com vista ao desenvolvimento.** Eles devem fazer da migração laboral uma parte explícita de sua estratégia de desenvolvimento. Devem reduzir os custos de remessas financeiras, facilitar transferências de conhecimentos de sua diáspora, desenvolver qualificações em alta demanda global, mitigar os efeitos adversos da “fuga de cérebros”, proteger seus cidadãos no exterior e apoiá-los no retorno.
- **Os países de destino também podem gerir a migração de forma mais estratégica.** Eles devem usar a migração de “alta adequação” para atender às necessidades de seu mercado de trabalho, facilitando a inclusão dos migrantes e, ao mesmo tempo, buscando soluções para os impactos sociais que possam gerar preocupações entre seus cidadãos. Eles devem permitir que os refugiados se mudem, consigam empregos e acessem serviços nacionais onde quer que esses estejam disponíveis. Ademais, devem reduzir movimentos desalentados e de alto risco de maneira humana.
- **A cooperação internacional é essencial para transformar a migração numa grande força motriz para o desenvolvimento.** A cooperação bilateral pode fortalecer a adequação dos migrantes às necessidades dos países de destino. Esforços multilaterais são necessários para compartilhar os custos de acolhimento de refugiados e lidar com a migração em crise. Novos instrumentos de financiamento devem ser desenvolvidos para ajudar os países a cuidar dos não cidadãos de maneira previsível. É necessário dar voz aos grupos sub-representados no debate sobre migração, inclusive os países em desenvolvimento, o setor privado e outras partes interessadas, bem como os próprios migrantes e refugiados.

Glossário

Esta lista contém descrições gerais, e não definições jurídicas precisas, dos termos mais usados neste relatório. Todavia, as descrições incluem elementos relacionados a leis e políticas, os quais podem ser relevantes para a forma como os termos são entendidos e aplicados na prática.

apátrida Pessoa que não é cidadã de nenhum país.

cidadão naturalizado Migrante que obteve a cidadania em seu país de destino.

concidadão Pessoa que possui a mesma cidadania de outra.

diáspora População de determinado país espalhada por países ou regiões separadas de seu local geográfico de origem.

emigrante Pessoa que deixa seu país de residência habitual para residir em outro país. Este termo é usado da perspectiva do país de origem.

imigrante Pessoa que se muda para um país para estabelecer residência habitual. Este termo é usado da perspectiva do país de destino.

migrante Neste relatório, qualquer pessoa que se mude de seu país de residência habitual e que não seja cidadão de seu país de residência. Tais mudanças excluem movimentos de curto prazo para fins de recreação, negócios, tratamento médico ou peregrinação religiosa, entre outros.

migrante econômico Migrante que cruza uma fronteira internacional motivado não por perseguição ou pelo medo de eventual dano grave ou morte, mas por outros motivos, como busca de melhores condições de vida por meio do trabalho, ou reunião familiar no exterior. Este termo abrange os trabalhadores migrantes ou migrantes laborais, que se deslocam principalmente para trabalhar em outros países.

migrante em crise Migrante que se muda para outro país em circunstâncias difíceis, mas que não atende aos critérios aplicáveis para o *status* de refugiado. Seus movimentos costumam ser irregulares e inseguros.

migrante irregular Migrante sem autorização legal para entrar ou permanecer em determinado país (também chamado de *migrante indocumentado*).

migrante regular Migrante legalmente autorizado a entrar ou permanecer em determinado país.

não cidadão Pessoa que não possui a cidadania do país em que reside.

não retorno [non-refoulement] Princípio jurídico que proíbe os países de devolver as pessoas a locais onde possam sofrer riscos de perseguição, tortura ou outros danos graves.

país de trânsito O país por onde o migrante passa até chegar ao seu país de destino.

pessoas deslocadas internamente (PDIs) Pessoas deslocadas dentro das fronteiras de um Estado para evitar perseguições, ferimentos graves ou morte, inclusive no contexto de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou antropogênicos.

proteção (internacional) complementar Formas de proteção internacional oferecidas por países ou regiões a pessoas que não sejam refugiadas, mas que, apesar disso, possam necessitar de proteção internacional. Os países usam vários mecanismos jurídicos e de políticas públicas para regularizar a entrada ou permanência de tais indivíduos, ou impedir seu retorno (de acordo com o princípio de *não retorno*).

proteção internacional Proteção legal concedida pelos países a refugiados ou outras pessoas deslocadas em seu território que não possam retornar a seus países de origem porque estariam em risco e porque seus países de origem não podem ou não querem protegê-los. A proteção internacional assume a forma de um *status* jurídico que, no mínimo, impede seu retorno (em conformidade com o princípio de *não retorno*) e regulariza sua permanência no território.

refugiado Pessoa a quem foi concedida proteção internacional por um país de asilo devido ao medo de perseguição, conflito armado, violência ou grave desordem pública em seu país de origem. A proteção internacional concedida pelos países aos refugiados assume a forma de um *status* jurídico distinto (ver **status de asilado ou refugiado**), impedindo o seu retorno (em conformidade com o princípio de *não retorno*), regularizando sua estada no território e concedendo-lhes certos direitos durante sua permanência, em conformidade com a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, seu Protocolo de 1967, ou outros instrumentos jurídicos internacionais, regionais ou nacionais.

requerente de asilo Pessoa em busca de asilo fora de seu país de origem. Para efeitos estatísticos, refere-se a pessoas que tiverem apresentado um pedido de asilo, mas ainda aguardam uma decisão final.

sociedade/país anfitrião País ou sociedade para o qual um refugiado se muda, temporária ou permanentemente.

sociedade/país de destino País ou sociedade para o qual um migrante se muda.

sociedade/país de origem País ou sociedade de onde um migrante ou refugiado se muda.

status de asilado ou refugiado *Status* jurídico decorrente de processos judiciais ou administrativos que um país concede a um refugiado em seu território. Este *status* confere aos refugiados proteção internacional como refugiado, impedindo seu retorno (em conformidade com o princípio de *não retorno*), regularizando sua permanência no território e garantindo-lhes certos direitos durante sua permanência.

Visão geral



A migração faz parte da vida humana desde os primórdios da civilização. O *Homo sapiens* deixou o Vale do Omo na África há cerca de 200 mil anos; desde então, os humanos nunca pararam de se deslocar, produzindo culturas, línguas e etnias distintas¹. A migração provou ser uma força poderosa para o desenvolvimento, melhorando a vida de centenas de milhões de migrantes, suas famílias e as sociedades em que vivem ao redor do mundo, mas, ao mesmo tempo, impõe uma série de desafios — para os migrantes, seus países de origem e seus países de destino.

Este relatório define os migrantes como pessoas que vivem fora do seu país de origem (quadro O.1) — por exemplo, pessoas em busca de melhores oportunidades econômicas, ou deslocadas por conflitos ou perseguições (refugiados). Ele não considera como migrantes as pessoas que se naturalizaram em seu país de residência. Na verdade, a raiz dos desafios específicos enfrentados por migrantes e formuladores de políticas públicas é a ausência de cidadania (e dos direitos civis, políticos e econômicos associados a ela) — e não o fato de certas pessoas terem deixado seus países de origem em algum momento da vida.

Este relatório propõe um marco para melhorar a gestão dos impactos econômicos, sociais e humanitários da migração. Ao combinar *insights* relativos à economia do trabalho e ao direito internacional, ele analisa o grau em que as qualificações e atributos dos migrantes têm alta demanda em seu destino (*adequação*); e se essas pessoas se deslocam em busca de oportunidades, ou se temem por suas vidas em seus países de origem (*motivação*). O marco considera quatro tipos distintos de movimentos migratórios e identifica políticas e intervenções prioritárias para atingir plenamente os benefícios de desenvolvimento em todas as situações. Para que as mudanças possam acontecer, é fundamental que haja cooperação internacional. Também é necessário capacitar novas vozes que possam mudar a natureza e o tom dos debates atuais.

Quadro O.1 Quantos migrantes existem e onde vivem?

Os movimentos transfronteiriços da atualidade são caracterizados por sua diversidade: não há migrante típico, tampouco país de origem ou destino típico. Os migrantes têm diferentes motivos para se deslocarem, diferentes qualificações e características demográficas, diferentes situações jurídicas e diferentes circunstâncias e perspectivas. Os países de origem e de destino variam quanto ao nível de renda e, de fato, muitos são, ao mesmo tempo, países de origem e de destino, como, por exemplo, o México, a Nigéria e o Reino Unido.

(continua)

Quadro O.1 Quantos migrantes existem e onde vivem? (continuação)

Conforme explica este relatório, há cerca de 184 milhões de migrantes no mundo atualmente (cerca de 2,3% da população mundial), e 37 milhões deles são refugiados.

- Cerca de 40% (64 milhões de migrantes econômicos e 10 milhões de refugiados) vivem em países de renda alta que pertencem à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)^a. Esse total engloba trabalhadores com níveis altos e baixos de qualificação e suas famílias; pessoas com intenção de se estabelecer permanentemente; migrantes temporários; estudantes; migrantes indocumentados; e pessoas que buscam proteção internacional. Esse número também inclui 11 milhões de cidadãos da União Europeia (UE) que vivem noutros países da UE com amplo direito de residência.
- Cerca de 17% (31 milhões de migrantes econômicos) vivem em países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Quase todos são trabalhadores temporários com vistos de trabalho renováveis. Eles representam, em média, cerca de metade da população desses países.
- Cerca de 43% (52 milhões de migrantes econômicos e 27 milhões de refugiados) vivem em países de renda baixa e média^b. São migrantes que se mudaram por motivos de trabalho ou reunião familiar, ou em busca de proteção internacional.

A porcentagem de migrantes na população global permaneceu relativamente estável desde 1960. No entanto, essa aparente estabilidade pode ser um equívoco, pois o crescimento demográfico tem sido desigual em todo o mundo. A migração global aumentou a um ritmo mais de três vezes superior ao do crescimento populacional nos países de renda alta. Em contraste, nos países de renda baixa, a velocidade do aumento da migração equivale à metade da velocidade do crescimento populacional.

Fonte: *WDR2023 Migration Database*. Banco Mundial, Washington, D.C., <https://www.worldbank.org/wdr2023/data>.

a. Não inclui aproximadamente 61 milhões de cidadãos estrangeiros naturalizados.

b. Não inclui aproximadamente 31 milhões de cidadãos estrangeiros naturalizados.

A migração é necessária para todos os países

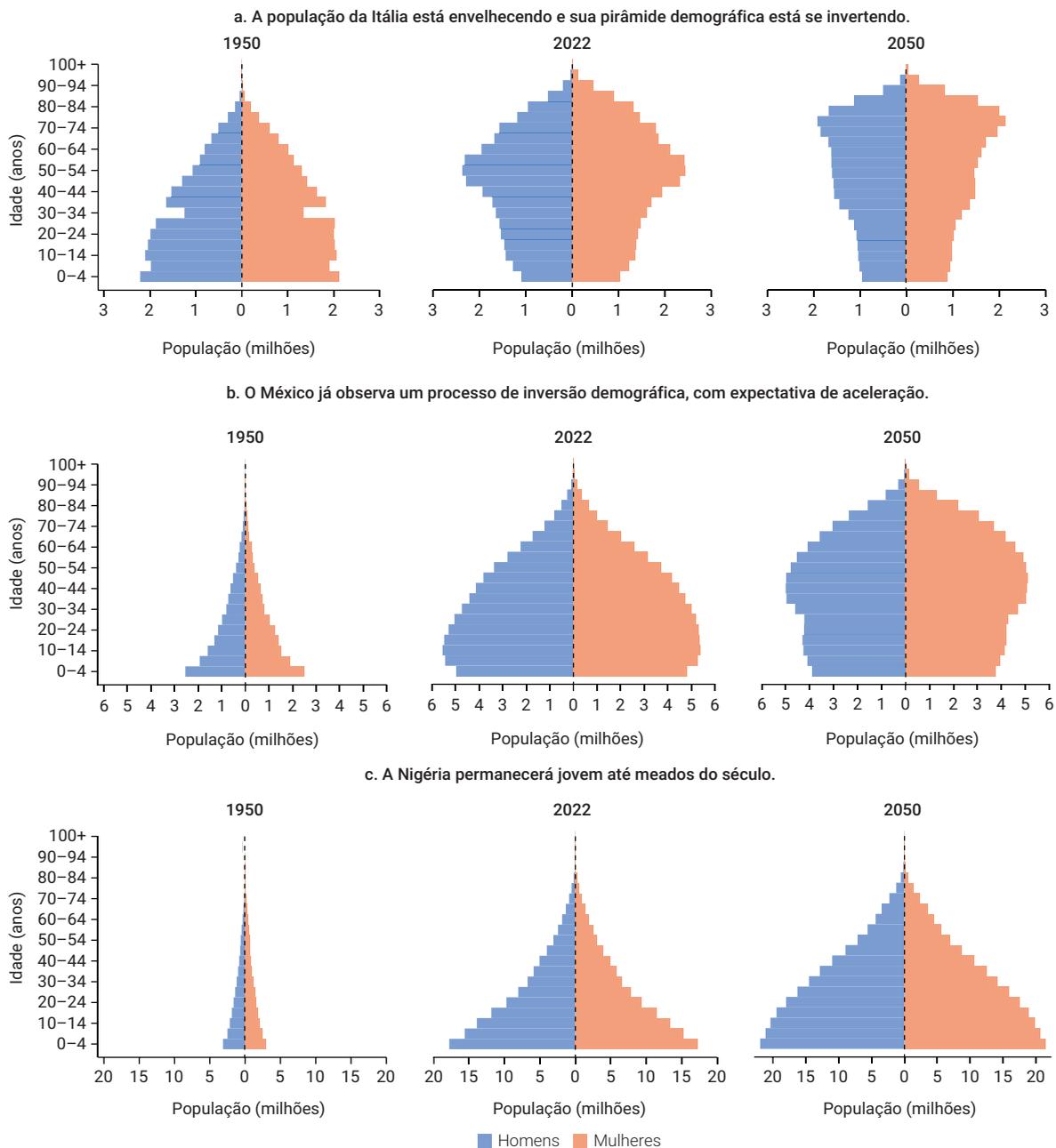
A migração é uma resposta a choques e desequilíbrios globais, como, por exemplo, as enormes diferenças de renda e bem-estar entre os países. A migração econômica é impulsionada por perspectivas de salários mais altos e acesso a serviços melhores². Em 2020, cerca de 84% dos migrantes viviam num país mais rico que o seu. No entanto, esses deslocamentos geram custos com os quais os pobres, em sua maioria, não podem arcar. Vale notar que os migrantes vêm principalmente de países de renda média, e a maioria deles não estava entre os mais pobres ou os mais ricos em seu país de origem.

As mudanças demográficas ao redor do mundo provocaram uma intensificação da competição global por trabalhadores e talentos. Três países podem ser usados como exemplo. A Itália tem 59 milhões de habitantes. Segundo projeções, a população italiana deve encolher quase pela metade até 2100 (chegando a 32 milhões), e os italianos com mais de 65 anos passarão de 24% a 38% da população. O México, tradicionalmente um país de emigração, viu sua taxa de fecundidade cair para o nível de reposição. Na Nigéria, por outro lado, a expectativa é que a população aumente de 213 milhões para

791 milhões no mesmo período. Se isso ocorrer, a Nigéria se tornará o segundo país mais populoso do mundo até o final do século, atrás apenas da Índia (figura O.1).

Essas tendências já estão gerando impactos dramáticos, que alteram onde os trabalhadores são necessários e onde podem ser encontrados³. Independentemente de seu posicionamento político, os

Figura O.1 Forças demográficas muito diferentes estão em jogo na Itália, no México e na Nigéria.



Fonte: *World Population Prospects (dashboard), 2022 data (medium scenario)*. Divisão de População, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, Nova York, <https://population.un.org/wpp/>.

países mais ricos precisarão de trabalhadores estrangeiros para sustentar suas economias e honrar seus compromissos sociais com os cidadãos mais idosos. Muitos países de renda média, tradicionalmente as principais fontes de migração, em breve poderão também ter de competir por trabalhadores estrangeiros — mas muitos não estão preparados para isso. Os países de renda baixa têm um grande número de jovens desempregados e subempregados, muitos dos quais ainda não têm as qualificações desejadas pelo mercado de trabalho global⁴.

As mudanças climáticas estão agravando a situação e impulsionando os vetores econômicos da migração⁵. Cerca de 40% da população mundial — 3,5 bilhões de pessoas — vivem em locais altamente expostos aos impactos das mudanças climáticas: escassez hídrica, secas, estresse térmico, elevação do nível do mar e eventos climáticos extremos, tais como inundações e ciclones tropicais⁶. As oportunidades econômicas estão diminuindo nas regiões afetadas, ampliando suas vulnerabilidades e aumentando as pressões migratórias⁷. Os impactos climáticos estão ameaçando a habitabilidade de regiões inteiras em lugares tão diversos quanto o Sahel, Bangladesh (um país caracterizado por sua baixa altitude) e o Delta do Mekong⁸. Em alguns pequenos Estados insulares em desenvolvimento, esses impactos estão forçando os líderes a contemplar deslocamentos planejados⁹. Até agora, os movimentos populacionais atribuídos às mudanças climáticas foram, em sua maioria, de curta distância e dentro das fronteiras dos países¹⁰. No entanto, isso pode mudar. Se (ou em que medida) as mudanças climáticas ampliarão os movimentos internacionais nas próximas décadas dependerá das políticas globais e nacionais de mitigação e adaptação adotadas e implementadas no presente.

Enquanto isso, conflitos, violência e perseguições continuam a expulsar um grande número de pessoas de seus países de origem. O número de refugiados quase dobrou na última década¹¹. Os padrões de deslocamento forçado e migração econômica são bastante distintos. Os deslocamentos de refugiados são, em geral, rápidos e repentinos¹². Como os refugiados buscam um destino próximo que seja seguro, eles tendem a se concentrar num pequeno número de países anfitriões vizinhos. Os refugiados também incluem um grande número de pessoas vulneráveis: as crianças representam 41% do total¹³.

Diante de tais forças, a migração precisa ser administrada para que seus benefícios de desenvolvimento possam se materializar plenamente. Muitas vezes, as abordagens atuais são falhas tanto para os migrantes quanto para os cidadãos locais. Elas geram grandes ineficiências e oportunidades perdidas nos países de destino e de origem¹⁴. Às vezes, também levam ao sofrimento humano. Em muitos países de todos os níveis de renda, amplos segmentos da sociedade estão questionando a migração como parte de um discurso mais amplo contra a globalização¹⁵.

Um marco prático para os formuladores de políticas públicas: a Matriz de Adequação e Motivação

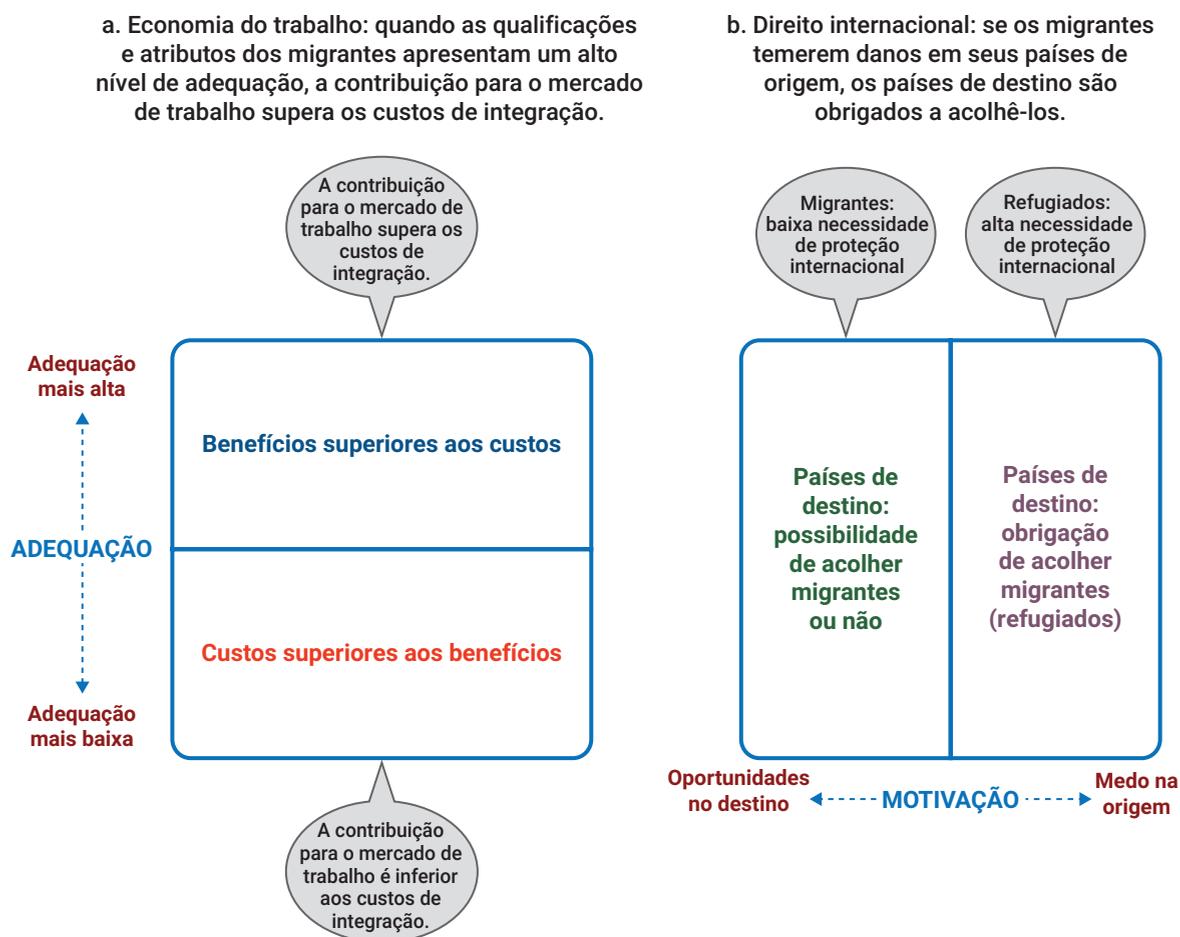
A migração gera benefícios e custos — para os migrantes, para os países de origem e para os países de destino. Para todos, os resultados favoráveis dependem das características individuais dos migrantes, das circunstâncias da migração e das políticas que enfrentam. No entanto, os países desempenham papéis desiguais na definição de tais políticas. A maioria dos países de origem tem pouca influência na regulação dos movimentos migratórios. Em contraste, os países de destino definem e regulam quem pode cruzar suas fronteiras, quem pode permanecer legalmente no país e quais direitos essas pessoas têm. Eles encorajam certos movimentos e desencorajam outros. Suas políticas moldam, em grande parte, os impactos dos movimentos transfronteiriços¹⁶.

A economia do trabalho e o direito internacional constituem as duas lentes principais que nos permitem compreender os padrões migratórios e elaborar políticas de migração apropriadas. Essas duas

perspectivas surgem de tradições intelectuais e acadêmicas distintas e se concentram em diferentes aspectos dos movimentos transfronteiriços. Como resultado, cada uma fornece *insights* importantes. No entanto, até agora não havia uma estrutura simples para integrá-las de forma coerente.

A economia do trabalho se concentra na “adequação” entre as qualificações e atributos relacionados dos migrantes e as necessidades dos países de destino (figura O.2.a). O ponto de partida para as políticas de migração em muitos países de destino é uma pergunta simples: a migração gera benefícios superiores a seus custos? Cada migrante tem suas qualificações, mas a demanda por tais atributos pode variar conforme o lugar. Quanto mais as qualificações dos migrantes corresponderem às necessidades do mercado

Figura O.2 Duas perspectivas sobre a migração transfronteiriça



Fonte: Equipe do RDM 2023.

Observação: Painel a: O termo *adequação* (*match*, em inglês, que também pode ser entendido como combinação, ou correspondência) refere-se ao grau em que as qualificações e atributos de um migrante atendem à demanda do país de destino. Os *benefícios* incluem o aumento da produção econômica, da base tributária e da disponibilidade e acessibilidade de alguns bens e serviços. Os *custos* incluem o aumento da procura por serviços públicos, os efeitos sobre os trabalhadores concorrentes e os custos da integração econômica e social. Painel b: A *motivação* (ou motivo) refere-se às circunstâncias em que uma pessoa se desloca em busca de oportunidades ou por causa de um “medo fundamentado” de perseguição, conflitos armados ou violência em seu país de origem. De acordo com a Convenção de Refugiados de 1951, as pessoas que sentem tal medo têm direito ao *status* de refugiado e devem receber proteção internacional. Elas não podem ser devolvidas a seu país de origem ou a um país onde enfrentariam tratamento desumano ou degradante, ou outro dano irreparável (princípio de *não retorno*).

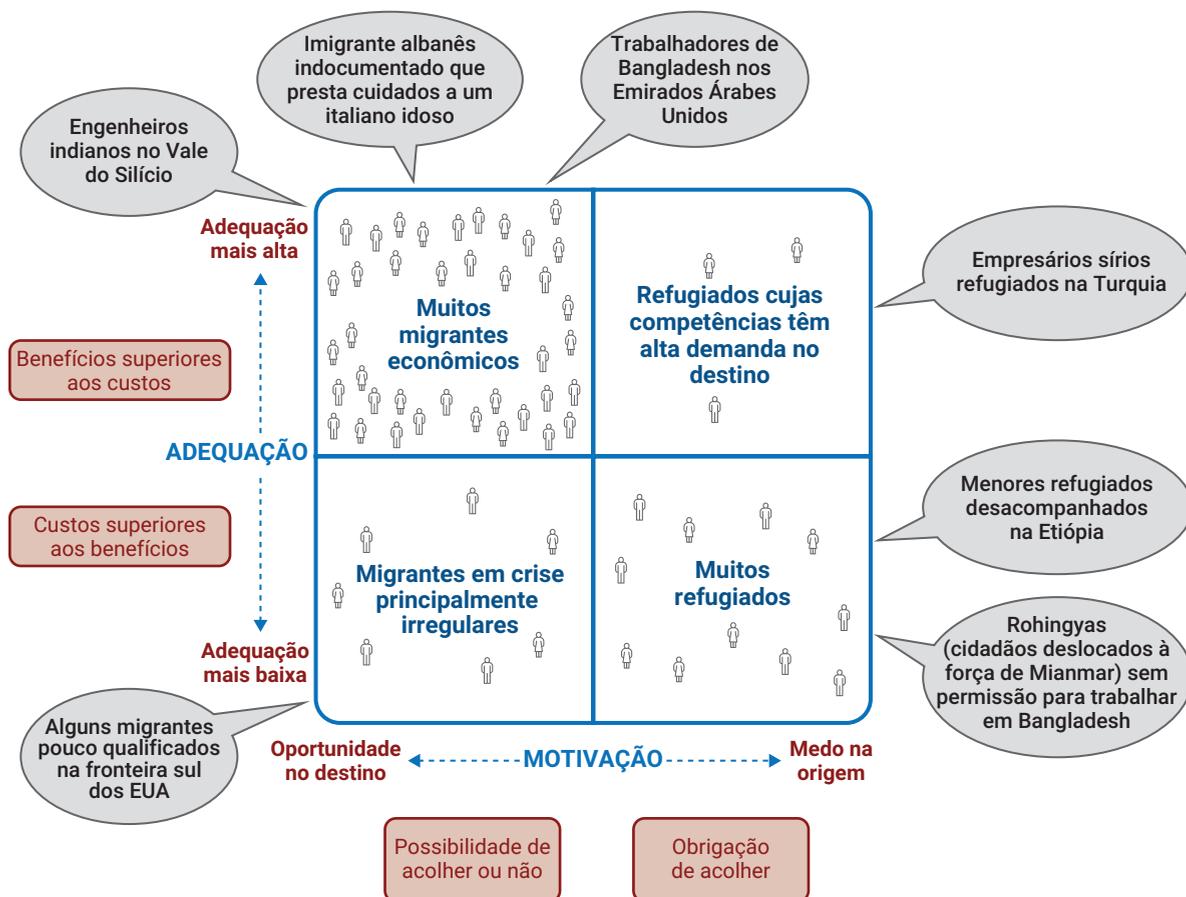
de trabalho de destino, maiores serão os ganhos para as economias de destino, para os migrantes e, muitas vezes, para os países de origem (na forma de remessas financeiras e transferências de conhecimento)¹⁷. Isso é verdadeiro independentemente do nível de qualificação e do *status* legal dos migrantes. Por outro lado, os migrantes também usam serviços públicos e precisam ser integrados a uma sociedade que pode ser pouco conhecida por eles. Tudo isso gera custos, pelo menos no curto prazo. Os saldos líquidos para a sociedade de destino podem ser positivos ou negativos.

No âmbito do direito internacional, os motivos dos migrantes determinam as obrigações dos países de destino. Os países decidem quais migrantes deixarão entrar e com qual *status*, e isso é considerado uma questão de soberania nacional (figura O.2.b). No entanto, quando as pessoas fogem de seu país devido a um “medo fundamentado” de perseguição, conflitos ou violência — e quando não podem retornar sem correrem o risco de sofrer danos — elas têm direito à proteção internacional nos termos da Convenção de Refugiados de 1951. Nesses casos, os cálculos de custo-benefício, feitos pelos países de destino não mais se aplicam. De acordo com o direito internacional, essas pessoas são refugiadas e não podem ser devolvidas a seus países de origem, independentemente do custo de acolhê-las¹⁸. Outros migrantes precisam de apoio especial porque enfrentam desafios mais graves, como, por exemplo, algumas mulheres, crianças (especialmente meninas), pessoas LGBTQ+ e pessoas vítimas de racismo, xenofobia e outras formas de discriminação. Na verdade, algumas pessoas se deslocam devido a uma combinação de motivos, deixando menos nítida a distinção entre refugiados e migrantes econômicos. A necessidade de proteção internacional constitui uma segunda lente através da qual as políticas de migração devem ser vistas, à medida que são projetadas.

Este relatório propõe um marco analítico que incorpora ambas as dimensões: *adequação e motivação*. Ele distingue entre quatro tipos de deslocamentos e identifica as prioridades de políticas públicas para cada situação (figura O.3)¹⁹:

- *Migrantes econômicos com alto nível de adequação* (quadrante superior esquerdo). Em sua maioria, os migrantes buscam melhores oportunidades econômicas e escolhem destinos que lhes ofereçam uma maior probabilidade de adequação²⁰. Nesses casos, a migração gera benefícios de desenvolvimento substanciais para os migrantes, o país de destino e o país de origem, independentemente de seu *status* jurídico. Também há custos, mas, geralmente, são mais baixos. Nessas situações, os interesses de todas as partes costumam estar alinhados. O objetivo das políticas públicas deve ser aumentar ainda mais os benefícios e reduzir os custos.
- *Refugiados com alto nível de adequação* (quadrante superior direito). Alguns refugiados têm qualificações e atributos que correspondem às necessidades do país de destino, embora o motivo do deslocamento seja o medo, e não a busca de oportunidades. Esse tipo de migração oferece à sociedade de destino os mesmos benefícios de desenvolvimento gerados pelos migrantes voluntários. O objetivo das políticas públicas deve ser aumentar ainda mais os ganhos líquidos.
- *Refugiados com baixo nível de adequação* (quadrante inferior direito). Muitos refugiados têm qualificações e atributos que não correspondem às necessidades da sociedade de destino. Eles escolhem seu destino com base em sua necessidade imediata de segurança, e não em considerações sobre o mercado de trabalho. Todavia, o direito internacional determina que eles precisam ser acolhidos, independentemente dos custos. O objetivo das políticas públicas no país de destino deveria ser reduzir esses custos e compartilhá-los com a comunidade internacional.
- *Migrantes em crise* (quadrante inferior esquerdo). Outros migrantes não se qualificam como refugiados, tampouco têm uma alta adequação ao destino. Seus números agregados não são altos, mas seus movimentos são frequentemente irregulares e inseguros, o que acarreta desafios significativos para os países de destino. Este relatório se refere a eles como *migrantes em crise*, em

Figura 0.3 A “adequação” determina os ganhos líquidos do acolhimento de migrantes, e a “motivação” determina suas necessidades de proteção internacional.



Fonte: Equipe do RDM 2023.

Observação: O termo *adequação* (*match*, em inglês, que também pode ser entendido como combinação, ou correspondência) refere-se ao grau em que as qualificações e atributos de um migrante atendem à demanda do país de destino. O termo *motivação* (ou motivo) refere-se às circunstâncias em que uma pessoa se desloca: em busca de oportunidades ou por causa de um “medo fundamentado” de perseguição, conflitos armados ou violência em seu país de origem.

reconhecimento das circunstâncias em que se deslocam. Não se trata de uma categoria normativa. Alguns desses migrantes em crise, embora não sejam refugiados, podem ter necessidade de proteção por motivos humanitários ou por outra razão. Mesmo que sejam devolvidos ao país de origem, eles devem ser tratados com humanidade.

A posição dos migrantes na Matriz de Adequação e Motivação é determinada, em parte, pelas políticas dos países de destino. Por exemplo, a adequação das qualificações e atributos de um migrante às necessidades do país de destino é condicionada pelo direito (ou não) de esse migrante trabalhar conforme o nível de suas qualificações. A adequação também pode mudar com o tempo, com base na evolução das necessidades de mão de obra, regulamentação econômica e das normas sociais do país de destino. Da mesma forma, a determinação de quem deve receber proteção internacional varia significativamente entre os países, com base nos parâmetros mais amplos estabelecidos do direito internacional.

Em última análise, as políticas públicas devem buscar maximizar os ganhos de desenvolvimento da migração — para os migrantes, as sociedades de origem e as sociedades de destino — e fornecer aos refugiados proteção internacional adequada. Ao longo do tempo, as políticas devem ter como objetivo fortalecer a adequação das qualificações e atributos de todos os migrantes às necessidades das sociedades de destino para que os benefícios possam ser ampliados ainda mais. Elas também devem ter como objetivo reduzir a necessidade de migrações em crise, que, muitas vezes, acarretam sofrimentos consideráveis.

Quando a adequação é alta, os ganhos são grandes.

Quando os migrantes possuem qualificações e atributos em demanda no país de destino, os benefícios geralmente superam os custos, independentemente de suas motivações, qualificações ou *status* jurídicos. Esses migrantes preenchem lacunas no mercado de trabalho de destino, com benefícios para a economia local, bem como para si próprios e para o país de origem. Também há custos, tanto sociais quanto econômicos, mas normalmente são muito menores que os benefícios. Tanto os países de destino quanto os de origem podem projetar e implementar políticas públicas capazes de aumentar cada vez mais os ganhos e reduzir as desvantagens (figura O.4).

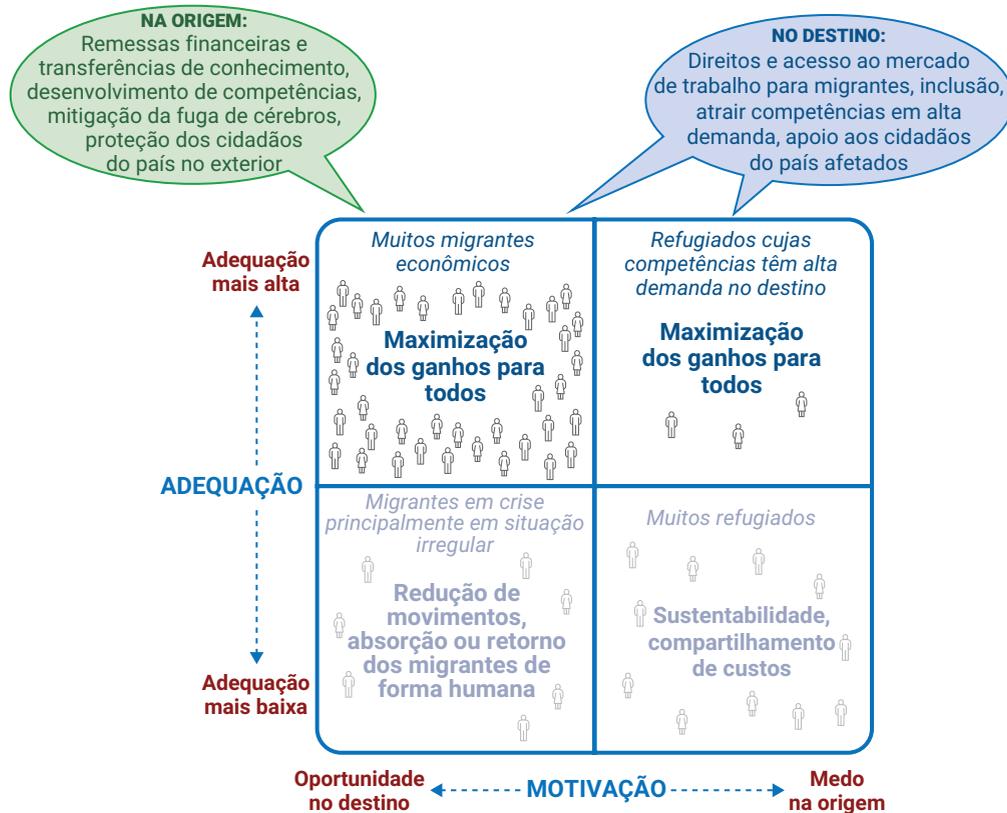
Os países de destino não devem permitir que controvérsias sociais e culturais ofusquem os ganhos econômicos da migração.

Os migrantes podem contribuir muito para a eficiência e o crescimento da economia de destino, especialmente no longo prazo. Os migrantes pouco qualificados executam muitas tarefas que os cidadãos locais não estão dispostos a aceitar, ou para as quais pediriam salários acima do que os consumidores estariam dispostos a pagar²¹. Os migrantes altamente qualificados — enfermeiros, engenheiros, cientistas — melhoram a produtividade em muitos setores da economia. No entanto, vale notar que apenas quatro países — Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos — acolhem mais da metade de todos os imigrantes com ensino superior²². Cerca de 17% dos profissionais de saúde nos Estados Unidos, 12% no Reino Unido e 79% nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) são estrangeiros²³. Com isso, os consumidores se beneficiam de custos de produção e preços mais baixos de alguns bens e serviços²⁴. Alguns benefícios de longo prazo gerados pela imigração são: expansão do empreendedorismo e da inovação, vínculos mais fortes com o comércio e investimento internacionais e melhor prestação de serviços de educação e saúde²⁵. As contribuições dos migrantes são maiores quando eles são autorizados e capazes de trabalhar formalmente num nível compatível com sua qualificação e experiência.

Em muitos países, entretanto, as controvérsias não têm a ver com a economia: elas estão relacionadas aos impactos sociais e culturais da migração. Quando os migrantes permanecem no país por um longo período (ou permanentemente), a questão de sua integração torna-se central. Os impactos socioculturais ocorrem em função do número de migrantes, de sua origem e de sua posição socioeconômica, bem como das percepções e preconceitos dos cidadãos locais em relação aos migrantes — o que inclui, às vezes, preconceitos raciais²⁶. Os impactos socioculturais também estão relacionados ao senso de identidade e ao contrato social de cada país²⁷. Alguns países, como o Canadá, por exemplo, definem-se como sociedades moldadas por migrantes e seus descendentes²⁸, ao passo que outros, como o Japão, enfatizam suas raízes ancestrais²⁹.

Esse debate se desenrola num contexto em que sociedades e culturas não são nem homogêneas, nem estáticas. Não há uma harmonia “pré-migração” à qual retornar. Em todas as sociedades, sempre houve

Figura 0.4 Quando a adequação é alta, as políticas públicas dos países de destino e de origem podem maximizar os ganhos da migração.



Fonte: Equipe do RDM 2023.

Observação : O termo *adequação* (*match*, em inglês, que também pode ser entendido como combinação, ou correspondência) refere-se ao grau em que as qualificações e atributos de um migrante atendem à demanda do país de destino. O termo *motivação* (ou motivo) refere-se às circunstâncias em que uma pessoa se desloca: em busca de oportunidades ou por causa de um “medo fundamentado” de perseguição, conflitos armados ou violência em seu país de origem.

tensões, concorrência e cooperação entre diversos grupos que se sobrepõem parcialmente e mudam constantemente. Algumas dessas tensões refletem divisões socioeconômicas: elas não têm relação com a migração, mas sim com a pobreza e as oportunidades econômicas — e muitos migrantes são pobres. Como muitos deles ou seus descendentes foram naturalizados, algumas das questões “culturais” atribuídas à migração estão ligadas, na verdade, à inclusão de minorias nacionais. Numa era de mudanças tão rápidas, a migração é apenas uma das muitas forças que transformam as sociedades, juntamente com a modernização, a secularização, o progresso tecnológico, alterações nos papéis de gênero e nas estruturas familiares e o surgimento de novas normas e valores, entre outras tendências. A integração está fadada a acontecer e pode ser facilitada por políticas de inclusão econômica e de não discriminação.

Os países de destino devem buscar superar ativamente as reais desvantagens da migração. Quanto mais as habilidades e atributos dos migrantes corresponderem às necessidades do mercado de trabalho no destino, menores serão seus efeitos sobre os salários da população local. No entanto, embora os efeitos médios sejam muitas vezes limitados, alguns trabalhadores locais — aqueles com qualificações

mais semelhantes às dos migrantes — podem sofrer perdas salariais (ou até perder o emprego) e podem, portanto, precisar de apoio³⁰. Quando um país de destino se vê obrigado a acolher um grande número de crianças estrangeiras (especialmente se elas não forem fluentes no idioma local), é necessário enviar esforços deliberados e disponibilizar recursos adicionais para manter a qualidade do ensino³¹. Os investimentos públicos devem ser ampliados nos bairros onde vivem mais migrantes a fim de reduzir a pobreza e a discriminação que, de outra forma, podem levar à segregação residencial e a uma série de males sociais, como ocorre na França, ou na Suécia³². Na maioria dos países, no entanto, a migração aumenta as receitas fiscais ao expandir o número de trabalhadores contribuintes, criando, assim, espaço fiscal para os gastos necessários³³.

A maioria dos migrantes tem acesso a muitos benefícios — ainda mais quando gozam de direitos em seu país de destino.

A maioria dos migrantes econômicos — tanto de baixa quanto de alta qualificação — gozam de uma situação muito melhor nos países de destino do que se tivessem ficado em casa. Como os migrantes visam a maximizar os benefícios de seu deslocamento, eles escolhem destinos onde suas qualificações tenham alta demanda. Assim, têm acesso a oportunidades que não teriam em seus países de origem, ganham salários mais altos e, muitas vezes, têm acesso a serviços melhores. Esses ganhos aumentam substancialmente ao longo do tempo, especialmente se a economia de destino estiver crescendo e o mercado de trabalho funcionar bem. Os imigrantes que retornam ao país de origem — cerca de 20% a 50% do total nos países de renda alta da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — passam a ter acesso a uma vida melhor que antes de sua partida³⁴.

No entanto, os migrantes também enfrentam desafios. Os custos financeiros da mudança são muito altos em certas situações, e os migrantes precisam trabalhar anos para zerar suas dívidas³⁵. Atualmente, dezenas de milhões de migrantes vivem separados de suas famílias, e muitos correm o risco de isolamento social em ambientes desconhecidos³⁶. A ausência dos pais impõe desafios em casa (por exemplo, no que diz respeito à educação dos filhos) com potenciais consequências de longo prazo³⁷.

Os benefícios da migração são maiores quando os migrantes gozam de *status* legal e direitos trabalhistas formais, de acordo com as normas internacionais de trabalho. Alguns exemplos disso são o direito a empregos decentes, a processos seletivos justos³⁸ e à capacidade de mudar de empregador quando surgirem novas oportunidades³⁹. Nesses casos, seus salários e a qualidade de seus empregos convergem com os dos cidadãos locais muito mais rapidamente do que se fossem indocumentados. Essas condições também reduzem a pressão sobre os migrantes para que aceitem empregos menos qualificados e com salários mais baixos do que merecem com base em suas qualificações⁴⁰. Esses migrantes podem viajar com mais facilidade e, como resultado, podem manter vínculos mais fortes com familiares em seu país de origem. Essas condições também reduzem a vulnerabilidade dos migrantes a abusos e discriminação. Em contraste, nos destinos onde a proteção legal é inadequada, ou onde os migrantes não podem acessá-la devido a barreiras de idioma e informações, eles sofrem um risco maior de exploração⁴¹.

Os países de origem devem fazer uma gestão ativa da migração para obterem benefícios de desenvolvimento.

Nos países de origem, a emigração pode apoiar a redução da pobreza e o desenvolvimento, especialmente se for bem gerida⁴². As remessas financeiras constituem uma fonte estável de renda para as famílias dos migrantes, apoiando investimentos em educação infantil, saúde, moradia e atividades empresariais. Esses benefícios poderiam ser ampliados por meio da redução dos custos de envio de remessas⁴³. Em muitos casos, migrantes, repatriados e comunidades de diáspora transferem ideias, conhecimentos e

tecnologias, estimulando a criação e a modernização de empregos — exatamente como fizeram os expatriados do Vale do Silício nos EUA, que ajudaram a fomentar o setor de tecnologia da informação na Índia⁴⁴. Esse processo é mais fácil quando o país de origem possui políticas econômicas sólidas que promovam um ambiente favorável de negócios, políticas eficientes para o mercado de trabalho, instituições sólidas e ecossistemas de negócios aos quais os empreendedores possam recorrer.

A emigração de pessoas altamente qualificadas de países de baixa renda — a chamada “fuga de cérebros” — pode infligir perdas e impor desafios ao desenvolvimento. Na África Subsaariana, no Caribe e na região do Pacífico, pessoas com ensino superior são 30 vezes mais propensas a emigrar que outras com menos escolaridade⁴⁵. Essa emigração pode agravar a escassez de trabalhadores qualificados para a prestação de serviços essenciais, como, por exemplo, atendimento de saúde. Os governos não podem impedir que as pessoas deixem o país; logo, a solução é que expandam os programas de capacitação nessas áreas. Tais esforços podem ser apoiados por programas de coordenação com os países de destino, inclusive para financiar programas de ensino superior e formação profissional⁴⁶. Em setores essenciais, como o de saúde, podem ser necessárias medidas adicionais, como, por exemplo, a definição de requisitos mínimos por meio de acordos trabalhistas bilaterais com os países de destino⁴⁷. Em paralelo, são necessárias reformas econômicas e sociais para garantir que os trabalhadores qualificados tenham perspectivas atraentes e possam ser empregados em plena capacidade em seus países de origem.

Os países de origem obtêm mais benefícios quando fazem da migração laboral uma parte explícita de sua estratégia de redução da pobreza. Os governos podem facilitar movimentos ordenados por meio de acordos trabalhistas com os países de destino, melhores sistemas de informação sobre o mercado de trabalho, processos seletivos justos e apoio consular a cidadãos no exterior. Também podem se esforçar para reduzir os custos de remessas financeiras e da própria migração e apoiar os migrantes que retornarem ao país, em sua reinserção no mercado de trabalho e na sociedade. Ademais, podem ajustar seus sistemas educacionais para promover qualificações e competências com alta demanda global, de forma que seus cidadãos possam obter melhores empregos ao migrarem e, assim, contribuir mais com a economia de origem por meio de remessas financeiras e transferências de conhecimento. Esse tipo de arranjo provou ser frutífero em Bangladesh e nas Filipinas, embora ainda haja muito a ser feito⁴⁸.

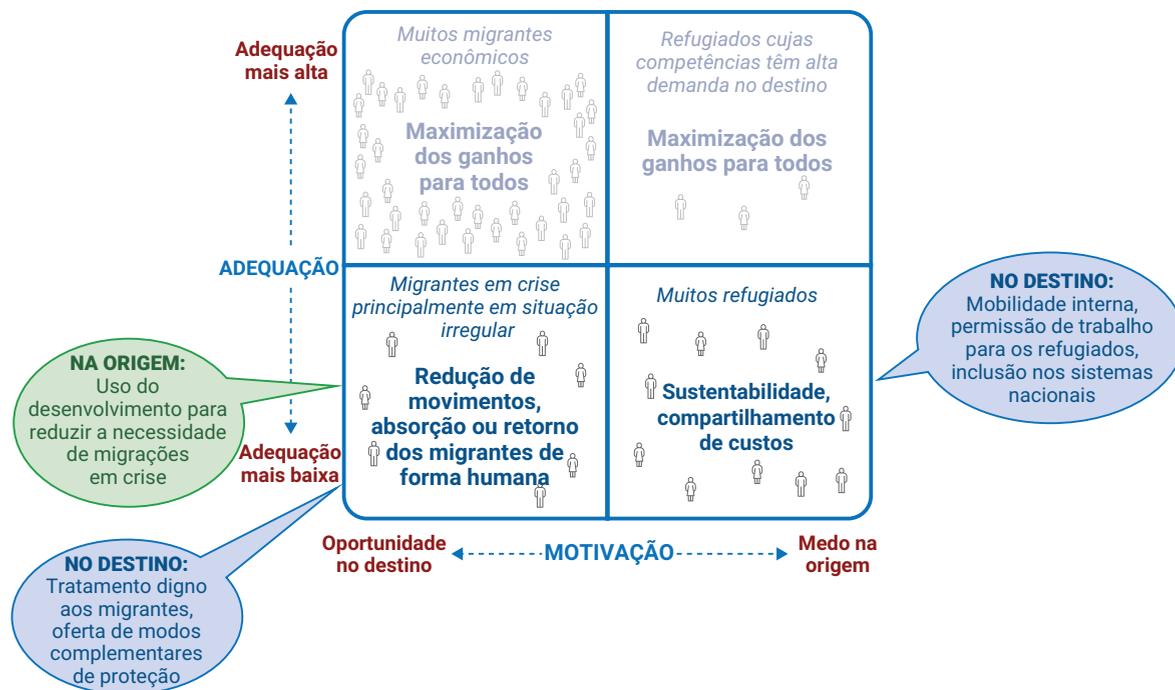
Quando os níveis de adequação são baixos, os custos precisam ser compartilhados — e reduzidos — multilateralmente

Quando os migrantes não apresentam qualificações e atributos que estejam em alta demanda nos países de destino, os custos para esses países excedem os benefícios. Nos casos considerados benéficos para os migrantes e os países de origem, os ganhos só serão sustentáveis se os países de destino tomarem medidas para reduzir e gerenciar seus próprios custos (figura O.5). Os desafios no campo de políticas públicas são diferentes para os refugiados (que, de acordo com o direito internacional, têm direito a acolhimento nos países de destino) e outros migrantes, que se deslocam em situação de crise.

As situações dos refugiados devem ser tratadas como desafios de desenvolvimento de médio prazo, e não apenas como emergências humanitárias.

Ajudar os países que acolhem refugiados por meio de uma série de respostas emergenciais é algo caro e ineficaz. Em média, a comunidade internacional gasta US\$ 585 por ano para cada refugiado acolhido num país de renda baixa ou média baixa, além dos gastos incorridos pelos governos anfitriões⁴⁹. Muitas vezes, a forma como o apoio internacional é prestado cria incentivos para abordagens de curto prazo⁵⁰.

Figura 0.5 Quando o nível de adequação é baixo, o país de destino é obrigado a considerar políticas públicas que equilibrem os ganhos econômicos e a dignidade dos migrantes.



Fonte: Equipe do RDM 2023.

Observação : O termo *adequação* (*match*, em inglês, que também pode ser entendido como combinação, ou correspondência) refere-se ao grau em que as qualificações e atributos de um migrante atendem à demanda do país de destino. O termo *motivação* (ou motivo) refere-se às circunstâncias em que uma pessoa se desloca: em busca de oportunidades ou por causa de um “medo fundamentado” de perseguição, conflitos armados ou violência em seu país de origem.

No entanto, atualmente, os refugiados permanecem no exílio por 13 anos, em média⁵¹, e milhões vivem no limbo por décadas⁵². Por exemplo, muitos afegãos que deixaram seu país após a invasão soviética de 1979, bem como seus filhos e netos, ainda se encontram no exílio. A assistência humanitária é fundamental para atender às necessidades imediatas; no entanto, a formulação de políticas públicas, desde o momento inicial de uma crise, deve buscar respostas que possam ser sustentadas ao longo do tempo, tanto financeira quanto socialmente.

A adoção de uma abordagem de médio prazo pode reduzir os custos do acolhimento e permitir que os refugiados reconstruam suas vidas. A Convenção de Refugiados de 1951 obriga os Estados a fornecer segurança aos refugiados, além de acesso a empregos e serviços essenciais. As pessoas que fogem de conflitos e perseguições muitas vezes apresentam vulnerabilidades graves, inclusive a perda de seus bens e experiências traumáticas, que podem ser agravadas pela incerteza quanto a seu *status*⁵³. Muitas nem são capazes de trabalhar, como crianças ou pessoas com deficiência ou traumas. Contudo, se tiverem uma chance, a maioria dos refugiados busca uma forma de melhorar sua vida e contribuir para a economia local, assim como fazem todos os outros migrantes⁵⁴. A melhor maneira de realizar isso é dar-lhes o direito de trabalhar, apoiando-os no acesso a empregos e incluindo-os nos sistemas nacionais de

educação e saúde. Essa abordagem foi adotada em países muito diversos, tais como Colômbia⁵⁵, Níger⁵⁶, Polônia⁵⁷, Turquia⁵⁸ e Uganda⁵⁹, entre outros.

A mobilidade interna — ou seja, permitir que os refugiados se desloquem dentro dos países de destino para onde houver mais empregos e serviços — é capaz de transformar ainda mais a resposta às situações de refugiados. Muitas dessas pessoas são acolhidas em áreas fronteiriças pouco desenvolvidas, onde faltam oportunidades e onde passam a constituir uma parcela significativa da população. Sua presença pode impor um ônus considerável às comunidades anfitriãs. Outras abordagens são possíveis, como demonstra o apoio que alguns países têm prestado a venezuelanos e ucranianos deslocados, por exemplo. Nessas situações, os refugiados são autorizados (ou incentivados) a se deslocar por todo o país anfitrião e, em muitos casos, dentro de blocos regionais. Essa liberdade fortalece sua adequação às necessidades da sociedade de destino pois lhes oferece acesso a mais oportunidades. Também diminui as pressões sobre as comunidades anfitriãs, porque os refugiados se distribuem de maneira mais uniforme por toda a população. Tal abordagem requer uma mudança na forma como a assistência é prestada, privilegiando o financiamento previsível de médio prazo, a formulação de políticas de apoio e o fortalecimento das instituições nacionais para fornecer proteção internacional⁶⁰.

Como o acolhimento de refugiados fomenta a formação de um bem público global, todas as nações deveriam contribuir para absorver seus custos; no entanto, muitas não o fazem. A grande maioria dos refugiados vive em apenas uma dúzia de países, geralmente de renda baixa e média, que fazem fronteira com seu país de origem⁶¹. Por exemplo, na Jordânia e no Líbano, os refugiados representam uma grande parcela da população total. Quase dois terços do financiamento bilateral dos custos globais de acolhimento são fornecidos por apenas três doadores⁶², e quase três quartos de todos os reassentamentos ocorrem em apenas quatro países⁶³. Essa limitada base de apoio deve ser ampliada por meio da inclusão de novos grupos de interesse, tais como organizações de desenvolvimento, autoridades locais, setor privado e sociedade civil. O compartilhamento de responsabilidades também pode ser considerado no contexto de negociações bilaterais mais amplas, como o acesso ao comércio no âmbito do Pacto da Jordânia⁶⁴, ou os investimentos no âmbito do Pacto da Etiópia⁶⁵. Isso poderia ser complementado por iniciativas regionais, inclusive em contextos de renda mais baixa. Por exemplo, no Chifre da África, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) ajudou a desenvolver um processo regional entre pares para melhorar gradualmente a gestão das situações de refugiados⁶⁶.

A migração em crise precisa ser reduzida respeitando a dignidade das pessoas.

Os maiores desafios no campo de políticas públicas surgem quando os migrantes não são refugiados, nem apresentam uma alta adequação à sociedade de destino. Muitos desses migrantes recorrem a canais irregulares, à crescente indústria do contrabando e ao mercado de exploração laboral alimentado por ela nos países de destino⁶⁷. Esses deslocamentos costumam resultar em muito sofrimento. Desde 2014, quase 50 mil pessoas perderam a vida na tentativa de migrar⁶⁸. Muitos morreram tentando cruzar o Mar Mediterrâneo, mas as mortes em outras rotas também vêm aumentando. Esses movimentos também criaram uma sensação de perda de controle sobre as fronteiras, minando o frágil consenso sobre o tratamento de migrantes regulares e refugiados. Para impedir tais movimentos, alguns governos implementaram políticas severas, como a separação familiar na fronteira sul dos EUA em 2018, ou a externalização de controles de fronteira para países com históricos duvidosos de

direitos humanos⁶⁹. Tudo isso gera impactos significativos para a dignidade e os direitos humanos de migrantes atuais e futuros.

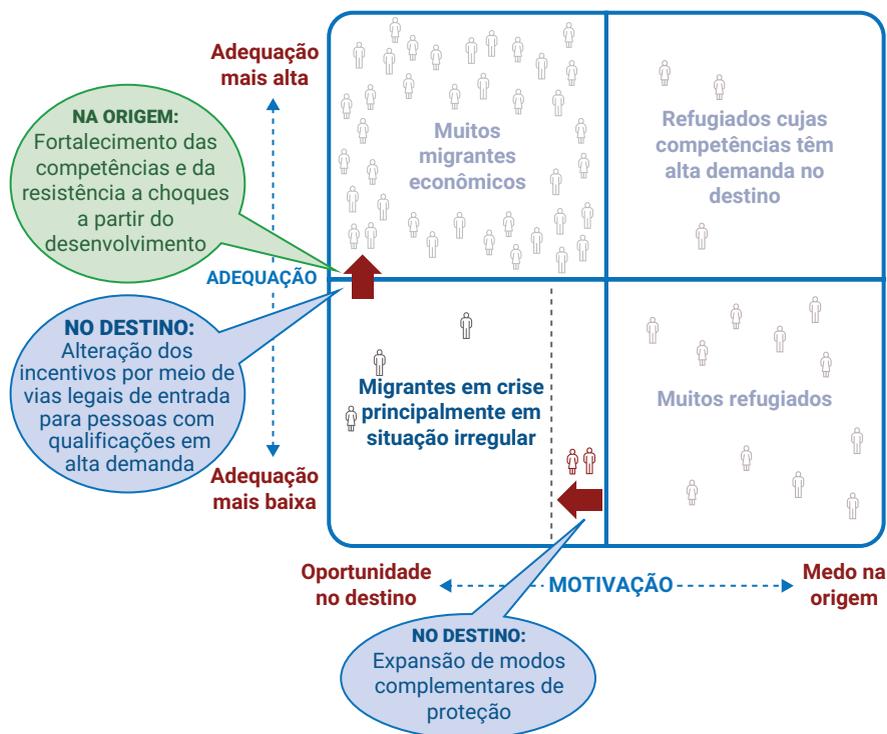
Alguns migrantes em crise têm necessidade de proteção, mesmo não sendo refugiados. Eles assumem riscos de vida devido à falta de alternativas viáveis em seus países de origem, ou são vítimas do tráfico de pessoas durante o deslocamento. Por exemplo, migrantes indocumentados a caminho da fronteira sul dos Estados Unidos enfrentam sequestros, extorsão e violência sexual, além de outras formas de violência de gangues criminosas⁷⁰. Diante do que se tornou uma série de crises humanitárias e políticas, vários países desenvolveram instrumentos jurídicos *ad hoc* para fornecer alguma forma de proteção a pessoas que não atendem aos critérios de refugiados, mas que não podem retornar de forma segura a seu país⁷¹. Essa abordagem é, algumas vezes, chamada de proteção complementar ou subsidiária. Tais programas devem ser estendidos de maneira coerente, e devem ser estabelecidas rotas legais seguras para o acesso à proteção.

Os países de destino podem optar por devolver outros migrantes em crise a seu país de origem. Mesmo nesses casos, a dignidade humana deve continuar a ser o critério central das políticas de migração. Apesar de as deportações sempre constituírem tragédias pessoais para os indivíduos envolvidos, elas podem ser necessárias para garantir a sustentabilidade do sistema de migração, pois demonstram, tanto aos cidadãos locais quanto a futuros migrantes, que as regras estão sendo cumpridas. Os retornos involuntários devem ser feitos em conformidade com as convenções de direitos humanos e de maneira humana. Eles devem ser acompanhados de esforços paralelos para reprimir tanto os contrabandistas quanto aqueles que empregam migrantes irregulares no destino.

Quando os países de destino adotam políticas restritivas, seus vizinhos também podem ser afetados, especialmente aqueles por onde transitam os migrantes. Os países de trânsito tornam-se destinos substitutos quando se criam barreiras para impedir a passagem dos migrantes. Os migrantes em crise permanecem por meses (e, às vezes, anos) em países onde não desejam ficar e onde, muitas vezes, são vulneráveis. Essa situação resulta em problemas complexos de políticas públicas nos países de trânsito, como o México ou o Marrocos, que eles não conseguem solucionar sozinhos. Os países de destino e de trânsito devem trabalhar juntos para acolher os migrantes em crise ou devolvê-los de forma humana. No entanto, a opção de retorno não se aplica a refugiados, que são protegidos pela Convenção de Refugiados de 1951. A cooperação inclui a criação de mecanismos para determinar quem deve ser absorvido em qual país — de destino ou de trânsito — e quem deve ser devolvido. Ademais, deve contemplar os processos e arranjos financeiros correspondentes para que isso ocorra de maneira eficaz. Tais acordos podem ser complementados por esforços para aumentar os serviços e a segurança nos países em que os migrantes estiverem apenas de passagem.

Em linhas gerais, o maior desafio está ligado a como reduzir a necessidade de tais movimentos (figura O.6). O desenvolvimento desempenha um papel crucial, afetando quem migra e em que circunstâncias⁷². À medida que os países se desenvolvem, as pessoas se tornam mais instruídas, e suas habilidades atendem melhor às necessidades dos mercados de trabalho nacionais e global. As pessoas também se tornam mais resistentes a choques, e a disponibilidade de empregos decentes e as alternativas de migração interna reduzem a necessidade de movimentos transfronteiriços em crise. Contudo, o desenvolvimento leva tempo, e também são necessárias respostas de curto prazo. Os países de destino podem cooperar com os países de origem e expandir as vias legais de entrada para permitir (ou até mesmo incentivar) movimentos de pessoas cujas qualificações e atributos atendam a suas necessidades, incluindo, nessa equação, trabalhadores menos qualificados. No processo, eles moldam os incentivos dos aspirantes a migrantes e das comunidades que os apoiam, como, por exemplo, para o desenvolvimento de competências específicas.

Figura 0.6 Medidas de políticas públicas nos países de origem e destino podem reduzir a migração em crise.



Fonte: Equipe do RDM 2023.

Observação: O termo *adequação* (*match*, em inglês, que também pode ser entendido como combinação, ou correspondência) refere-se ao grau em que as qualificações e atributos de um migrante atendem à demanda do país de destino. O termo *motivação* (ou motivo) refere-se às circunstâncias em que uma pessoa se desloca: em busca de oportunidades ou por causa de um “medo fundamentado” de perseguição, conflitos armados ou violência em seu país de origem. A linha vertical tracejada no quadrante inferior esquerdo destaca a distinção entre migrantes em crise que têm alguma necessidade de proteção internacional e os que não têm.

Para melhorar a migração, é necessário mudar nossa maneira de agir.

Este é um momento difícil para a reforma do sistema de migrações. Os debates políticos vêm se polarizando em muitos países de todos os níveis de renda. As tensões da comunidade internacional aumentaram após a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, e as perspectivas econômicas globais permanecem incertas. No entanto, as reformas são necessárias e urgentes. Debates difíceis estão por vir, mas eles não podem ser evitados ou adiados se quisermos que os ganhos da migração se concretizem.

É essencial que a cooperação internacional se fortaleça: em nível bilateral, para melhorar a adaptação dos migrantes; e multilateral, para responder a movimentos motivados pelo medo.

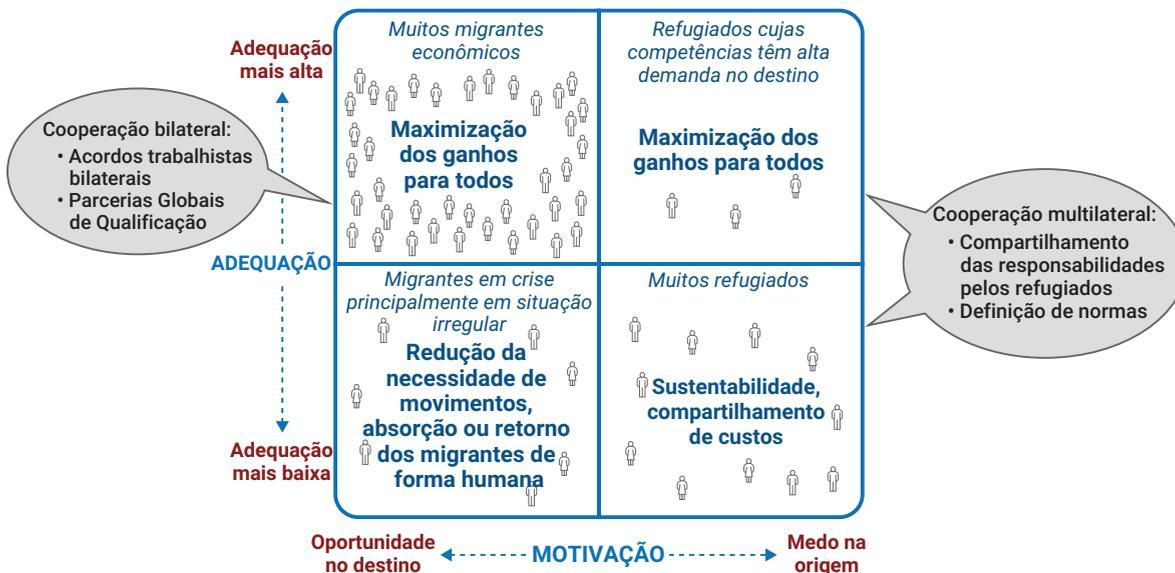
Tanto os países de origem quanto os de destino precisam gerenciar a migração de forma estratégica. Para os países de origem, o desafio é maximizar os impactos de desenvolvimento da migração laboral em sua própria sociedade. Para os países de destino, o desafio é reconhecer e aproveitar o potencial da migração

para atender a suas necessidades de longo prazo, tratando todos os migrantes de forma humana e abordando os impactos sociais que preocupam seus cidadãos.

Para ampliar os benefícios que derivam da migração, os países de origem e de destino precisam trabalhar juntos (figura O.7). A cooperação pode ser formalizada por meio de acordos trabalhistas bilaterais que facilitem uma melhor adequação das competências e forneçam *status* legal aos migrantes⁷³, como no caso dos acordos entre algumas ilhas do Pacífico e a Austrália⁷⁴. A cooperação bilateral também pode ajudar a desenvolver competências globalmente transferíveis na origem, como, por exemplo, por meio de Parcerias Globais de Qualificação⁷⁵. A cooperação bilateral também é fundamental para processar os retornos involuntários de forma humana. Tal cooperação poderia ser complementada por iniciativas regionais que, por exemplo, debatessem as necessidades de mão de obra num grupo de países de origem e destino, ou criassem programas regionais de reconhecimento de qualificações, como, por exemplo, a iniciativa de Economia e Mercado Único (CSME) da Comunidade do Caribe (Caricom)⁷⁶.

Também são necessárias medidas multilaterais para tratar das migrações motivadas pelo medo, tanto para fortalecer as normas globais quanto para compartilhar os custos de acolhimento de refugiados. A arquitetura legal internacional para migrações e deslocamentos forçados — e para a definição de quem deve receber proteção internacional — vem evoluindo nas últimas décadas para refletir mudanças nos padrões migratórios. Essas ações, que provavelmente se manterão ao longo do tempo, precisam incorporar uma forte perspectiva de desenvolvimento. Contudo, neste momento de novas tensões na comunidade internacional, o progresso pode ser lento. A ação global precisa ser complementada por iniciativas regionais visando, especialmente, compartilhar a responsabilidade de acolher refugiados e outras vítimas de deslocamento forçado, como fizeram os países latino-americanos ao permitir que cidadãos venezuelanos se deslocassem pela região.

Figura O.7 Diferentes tipos de migração exigem formas distintas de cooperação internacional.



Fonte: Equipe do RDM 2023.

Observação : O termo *adequação* (*match*, em inglês, que também pode ser entendido como combinação, ou correspondência) refere-se ao grau em que as qualificações e atributos de um migrante atendem à demanda do país de destino. O termo *motivação* (ou motivo) refere-se às circunstâncias em que uma pessoa se desloca: em busca de oportunidades ou por causa de um “medo fundamentado” de perseguição, conflitos armados ou violência em seu país de origem.

Para efetivar mudanças, é necessário escutar as vozes sub-representadas.

A reforma do sistema de migrações é um processo político. Os dados e evidências são ingredientes essenciais para reformas bem-sucedidas, mas não são, por si só, suficientes. Novos grupos de partes interessadas precisam se fazer ouvir. Isso é especialmente importante quando os debates são altamente polarizados e quando há múltiplas prioridades concorrentes, tais como mudanças climáticas, segurança alimentar e desaceleração econômica global.

Tanto nos países de origem quanto nos de destino, os debates devem envolver amplos segmentos da sociedade, além dos círculos da elite. Isso pode ser feito adotando uma abordagem para todo o governo que não seja apenas voltada aos órgãos de segurança; convidando o setor privado e os sindicatos a avaliar as necessidades de mão de obra no médio prazo e formas de atendê-las; e interagindo com autoridades locais, que muitas vezes estão na linha de frente dos desafios de resposta e integração. As vozes de migrantes e refugiados também devem ser ouvidas, o que requer o desenvolvimento de sistemas para canalizá-las de forma a garantir representação e responsabilidade. Países de renda baixa e média — inclusive diversos países de origem de migrantes econômicos e países que acolhem refugiados — também podem formar coalizões construtivas para que suas perspectivas sejam ouvidas e eles possam defender seus interesses.

Uma mensagem de esperança

Este relatório transmite uma mensagem de esperança. Em meio a um debate dominado por argumentos ideológicos sobre a migração ser algo bom ou ruim, o relatório busca responder a uma pergunta diferente: como a migração pode promover o desenvolvimento global? A resposta requer o reconhecimento tanto dos benefícios potenciais quanto dos desafios — econômicos, sociais e humanos — que surgem quando as pessoas cruzam fronteiras. A migração não é universalmente boa, tampouco universalmente ruim. É um fenômeno complexo e necessário, que precisa de uma gestão melhor (tabela O.1 e o capítulo 9 para mais informações). Quando a migração é bem gerida, onde quer que ocorra, ela se torna uma força poderosa que pode ser aproveitada para gerar prosperidade e benefícios para todos: para os migrantes econômicos, os refugiados e as pessoas que deixam para trás, bem como para as sociedades de origem e destino.

Tabela 1 Principais recomendações de políticas públicas

| QUALIFICAÇÕES DE MIGRANTES E REFUGIADOS EM ALTA DEMANDA (NÍVEL DE ADEQUAÇÃO ALTO) | | |
|--|---|--|
| PAÍS DE ORIGEM Gestão da migração para reduzir a pobreza | PAÍS DE DESTINO Maximização de benefícios e redução de custos | COOPERAÇÃO BILATERAL Aumento da adequação |
| <p>Estratégia. Incorporar a emigração às estratégias de desenvolvimento.</p> <p>Remessas financeiras. Usar as remessas para o combate à pobreza e reduzir seus custos.</p> <p>Conhecimento. Trabalhar com a diáspora e os repatriados para estimular a transferência de conhecimentos e fortalecer sua integração à economia global.</p> <p>Desenvolvimento de qualificações e mitigação da fuga de cérebros. Expandir a educação e a capacitação em áreas que tenham alta demanda nos mercados de trabalho nacionais e global.</p> <p>Proteção. Fornecer proteção aos cidadãos no exterior. Apoiar os familiares vulneráveis deixados para trás.</p> | <p>Estratégia. Reconhecer as necessidades de mão de obra. Construir um consenso sobre o papel da migração. Assegurar a coerência das políticas públicas.</p> <p>Entrada e status. Incentivar a imigração com alto nível de adequação. Garantir que os migrantes gozem de direitos e status formal.</p> <p>Inclusão econômica. Facilitar a inclusão no mercado de trabalho. Ampliar o reconhecimento das qualificações dos migrantes. Combater a exploração e promover trabalho decente.</p> <p>Inclusão social. Evitar a segregação e facilitar o acesso a serviços. Combater a discriminação.</p> <p>Apoio aos cidadãos locais. Apoiar os cidadãos locais afetados negativamente em termos de emprego e serviços públicos por meio de proteção social e investimentos públicos.</p> | <p>Acordos trabalhistas bilaterais. Estruturar e facilitar movimentos ganha-ganha. Reduzir os custos de contratação.</p> <p>Desenvolvimento de qualificações. Estabelecer parcerias para financiar o desenvolvimento de qualificações em alta demanda nos mercados de trabalho nacionais e global.</p> |

(continua)

Tabela 1 Principais recomendações de políticas públicas (continuação)

| QUALIFICAÇÕES DE MIGRANTES E REFUGIADOS EM BAIXA DEMANDA (NÍVEL DE ADEQUAÇÃO BAIXO E MOTIVAÇÃO LIGADA AO MEDO) | | |
|--|--|---|
| PAÍS ANFITRIÃO Gestão com perspectiva de médio prazo e aumento da adequação | COMUNIDADE INTERNACIONAL Compartilhamento de custos com os países anfitriões | |
| <p>Instituições e instrumentos. Integrar o apoio aos refugiados por meio dos ministérios pertinentes. Desenvolver marcos financeiros sustentáveis.</p> <p>Mobilidade interna. Facilitar e encorajar movimentos de refugiados em busca de oportunidades.</p> <p>Autossuficiência. Permitir que os refugiados tenham acesso a empregos no mercado de trabalho formal.</p> <p>Inclusão nos serviços nacionais. Oferecer educação, saúde e serviços sociais aos refugiados por meio de sistemas nacionais.</p> | <p>Compartilhamento de responsabilidades. Prevenir ou resolver as situações que causem a fuga dos refugiados. Fornecer valores adequados para financiamentos de médio prazo. Aumentar as opções de reassentamento. Ampliar a base de suporte além dos principais contribuidores atuais. Desenvolver abordagens regionais.</p> <p>Soluções. Ampliar os esforços em prol de “soluções duradouras” (retorno voluntário, integração local ou reassentamento). Desenvolver novos <i>status</i> inovadores para fornecer proteção estatal e acesso a oportunidades no médio prazo.</p> | |
| QUALIFICAÇÕES DE MIGRANTES E REFUGIADOS EM BAIXA DEMANDA (NÍVEL DE ADEQUAÇÃO BAIXO E MOTIVAÇÃO NÃO LIGADA AO MEDO) | | |
| PAÍS DE ORIGEM Redução da necessidade de migrações em crise | PAÍS DE TRÂNSITO Coordenação com os países de destino | PAÍS DE DESTINO Respeito à dignidade dos migrantes |
| <p>Resiliência. Ampliar a proteção social. Criar alternativas internas à migração internacional.</p> <p>Educação. Desenvolver competências que permitam que as pessoas tenham mais opções.</p> <p>Inclusão. Promover o desenvolvimento inclusivo e verde. Fomentar a adaptação às mudanças climáticas.</p> | <p>Cooperação. Trabalhar com o país de destino para absorver migrantes ou devolvê-los de maneira humana (para o último país de trânsito).</p> | <p>Respeito. Tratar todos os migrantes com humanidade.</p> <p>Proteção complementar. Fortalecer a coerência do sistema atual para proteger pessoas em situação de risco que não sejam refugiados.</p> <p>Vias legais. Alterar os incentivos pela criação de vias legais de entrada para trabalhadores em alta demanda, inclusive os não qualificados.</p> <p>Aplicação das regras. Gerenciar os retornos necessários com humanidade. Aumentar a rigidez com traficantes de pessoas e exploradores do trabalho de migrantes. Fortalecer a capacidade institucional para administrar os processos de entrada.</p> |
| MUDANÇAS NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO | | |
| DADOS E EVIDÊNCIAS | INSTRUMENTOS FINANCEIROS | NOVAS VOZES |
| <p>Harmonização. Harmonizar os métodos de coleta de dados.</p> <p>Obtenção de evidências. Investir em novos tipos de pesquisas para embasar a formulação de políticas públicas.</p> <p>Dados abertos. Incentivar pesquisas, disponibilizando amplamente os dados, respeitando a privacidade de migrantes e refugiados.</p> | <p>Instrumentos novos/expandidos. Desenvolver instrumentos de médio prazo para apoiar os países que acolhem refugiados. Fornecer apoio externo a países de renda baixa e média que recebem migrantes com níveis mais baixos de adequação.</p> <p>Uso aprimorado dos instrumentos existentes. Incentivar o envolvimento do setor privado. Ajudar os países de origem a aproveitar a migração para o desenvolvimento. Incentivar a cooperação bilateral e regional.</p> | <p>Nações afetadas. Construir coalizões entre países que enfrentam desafios comuns.</p> <p>Partes interessadas nacionais. Assegurar a participação de uma vasta gama de partes interessadas nos processos decisórios.</p> <p>Vozes dos migrantes e refugiados. Desenvolver sistemas de representação e responsabilização para organizar as vozes de migrantes e refugiados.</p> |

Fonte: Equipe do RDM 2023.

Notas

1. Armitage et al. (2011); Beyer et al. (2021).
2. Ver capítulo 2 para informações adicionais.
3. Ver capítulos de 4 a 6 para mais detalhes.
4. Ver também capítulo 3.
5. Black, Kniveton e Schmidt-Verkerk (2011); Black et al. (2011); McLeman (2016).
6. *Global Internal Displacement Database* (GIDD). Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos, Genebra, <https://www.internal-displacement.org/database/displacement-data>.
7. Para mais detalhes, ver capítulo 3.
8. IPCC (2022).
9. Cissé et al. (2022); IPCC (2022, capítulo 7).
10. Clement et al. (2021); Rigaud et al. (2018).
11. *Refugee Data Finder (dashboard)*. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Genebra, <https://popstats.unhcr.org/refugee-statistics/download/>.
12. Melander e Öberg (2006).
13. Banco Mundial (2017).
14. Clemens (2011).
15. Frieden (2019).
16. Ver capítulo 4 para mais detalhes.
17. Banco Mundial (2018).
18. ACNUDH (1951), artigo 33.
19. Para mais informações sobre a Matriz de Adequação e Motivação, ver capítulo 1.
20. O capítulo 2 apresenta dados numéricos sobre a população migrante.
21. Para mais informações, ver capítulo 6.
22. Pekkala Kerr et al. (2016).
23. Lafortune, Socha-Dietrich e Vickstrom (2019).
24. Para mais detalhes, ver capítulo 6.
25. Para mais detalhes, ver capítulo 6.
26. Ver capítulo 6 e destaque 6 para detalhes adicionais.
27. Ver capítulo 6 para uma análise dos impactos sociais e culturais da migração.
28. StatCan (2013).
29. Morris-Suzuki (1995).
30. Dustmann, Glitz e Frattini (2008).
31. Chin, Daysal e Imberman (2012); Frattini e Meschi (2019).
32. Auspurg, Schneck e Hinz (2019); Baldini e Federici (2011); Baptista e Marlier (2019); Bosch, Carnero e Farré (2010); Fonseca, McGarrigle e Esteves (2010).
33. Clemens (2021).
34. Bossavie e Özden (2022); Dustmann e Görlach (2016); OCDE (2008).
35. Ver capítulo 5 para mais informações sobre os custos da migração.
36. Graham e Jordan (2011); Mazzucato et al. (2015); Parreñas (2001).
37. Cortés (2015); Jaupart (2019).
38. OIT (2019).
39. Naidu, Nyarko e Wang (2016); Pan (2012).
40. Damelang, Ebensperger e Stumpf (2020); Duleep (2015).
41. OIT (2016); OIT, Walk Free e OIM (2022); PNUD (2020).
42. Ver capítulo 5 para mais detalhes.
43. Ver capítulo 5 para mais detalhes.
44. Chanda e Sreenivasan (2006); Docquier e Rapoport (2012); Kerr (2008).
45. Pekkala Kerr et al. (2017).
46. Clemens (2015); OCDE (2018).
47. Para mais detalhes, ver capítulo 5.
48. Ang e Tionson (2023); Bossavie (2023).
49. OCDE (2021).
50. Ver capítulo 7 para mais detalhes.
51. Devictor e Do (2017). Baseado em dados de 2021 do *Refugee Data Finder (dashboard)*. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Genebra, <https://popstats.unhcr.org/refugee-statistics/download/>. A média não inclui os refugiados da guerra na Ucrânia.
52. Devictor e Do (2017). Para dados de 2020, ver *Refugee Data Finder (searchable data sets)* [Localizador de Dados de Refugiados (conjuntos de dados pesquisáveis)]. Seção de Estatísticas e Demografia, Serviço de Dados Globais, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Copenhague, <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=2bxU2f>.
53. Porter e Haslam (2005).
54. Hussam et al. (2022).
55. Rossiasco et al. (2023).
56. AID (2021, 162).
57. EWSI (2022).
58. Tumen (2023).
59. AID (2021, 9).
60. Ver capítulo 7 para mais detalhes.
61. No final de 2022, os 12 principais países anfitriões (em número de refugiados acolhidos) eram Turquia, Colômbia, Alemanha, Paquistão, Uganda, Federação Russa, Polônia, Sudão, Bangladesh, Etiópia, República Islâmica do Irã e Líbano. Ver *Refugee Data Finder (dashboard)*. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Genebra, <https://popstats.unhcr.org/refugee-statistics/download/>.
62. Instituições da União Europeia, Alemanha e Estados Unidos (OCDE, 2021).
63. Canadá, Alemanha, Suécia e Estados Unidos (OCDE, 2021).
64. Governo da Jordânia (2016).
65. FFUE para a África (2018).
66. IGAD (2022).
67. Ver capítulo 8, quadro 8.4, para mais detalhes.
68. OIM (2020).
69. Ver capítulo 8, quadro 8.1, para mais detalhes.
70. Infante et al. (2012).
71. Paoletti (2023).
72. Ver capítulo 8 para informações adicionais.
73. Rede das Nações Unidas sobre Migração (2022).
74. OCDE (2018).
75. Clemens (2015).
76. Ver capítulo 8 para mais detalhes.

Referências

- Ang, Alvin, and Erwin R. Tiongson. 2023. "Philippine Migration Journey: Processes and Programs in the Migration Life Cycle." Background paper prepared for *World Development Report 2023*, World Bank, Washington, DC.
- Armitage, Simon J., Sabah A. Jasim, Anthony E. Marks, Adrian G. Parker, Vitaly I. Usik, and Hans-Peter Uerpmann. 2011. "The Southern Route 'Out of Africa': Evidence for an Early Expansion of Modern Humans into Arabia." *Science* 331 (6016): 453–56.
- Auspurg, Katrin, Andreas Schneck, and Thomas Hinz. 2019. "Closed Doors Everywhere? A Meta-Analysis of Field Experiments on Ethnic Discrimination in Rental Housing Markets." *Journal of Ethnic and Migration Studies* 45 (1): 95–114.
- Baldini, Massimo, and Marta Federici. 2011. "Ethnic Discrimination in the Italian Rental Housing Market." *Journal of Housing Economics* 20 (1): 1–14.
- Baptista, Isabel, and Eric Marlier. 2019. *Fighting Homelessness and Housing Exclusion in Europe: A Study of National Policies*. Synthesis Report, European Social Policy Network. Brussels: European Commission.
- Beyer, Robert M., Mario Krapp, Anders Eriksson, and Andrea Manica. 2021. "Climatic Windows for Human Migration Out of Africa in the Past 300,000 Years." *Nature Communications* 12 (1): 4889.
- Black, Richard, Stephen R. G. Bennett, Sandy M. Thomas, and John R. Beddington. 2011. "Migration as Adaptation." *Nature* 478 (7370): 447–49.
- Black, Richard, Dominic Kniveton, and Kerstin Schmidt-Verkerk. 2011. "Migration and Climate Change: Towards an Integrated Assessment of Sensitivity." *Environment and Planning A: Economy and Space* 43 (2): 431–50.
- Bosch, Mariano, M. Angeles Carnero, and Lidia Farré. 2010. "Information and Discrimination in the Rental Housing Market: Evidence from a Field Experiment." *Regional Science and Urban Economics* 40 (1): 11–19.
- Bossavie, Laurent Loic Yves. 2023. "Low-Skilled Temporary Migration Policy: The Case of Bangladesh." Background paper prepared for *World Development Report 2023*, World Bank, Washington, DC.
- Bossavie, Laurent Loic Yves, and Çağlar Özden. 2022. "Impacts of Temporary Migration on Development in Origin Countries." Policy Research Working Paper 9996, World Bank, Washington, DC.
- Chanda, Rupa, and Niranjana Sreenivasan. 2006. "India's Experience with Skilled Migration." In *Competing for Global Talent*, edited by Christiane Kuptsch and Eng Fong Pang, 215–56. Geneva: International Institute for Labour Studies, International Labour Organization.
- Chin, Aimee, N. Meltem Daysal, and Scott A. Imberman. 2012. "Impact of Bilingual Education Programs on Limited English Proficient Students and Their Peers: Regression Discontinuity Evidence from Texas." NBER Working Paper 18197, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Cissé, Guéladio, Robert McLeman, Helen Adams, Paulina Aldunce, Kathryn Bowen, Diarmid Campbell-Lendrum, Susan Clayton, et al. 2022. "Health, Wellbeing and the Changing Structure of Communities." In *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*, 1041–1170. Sixth Assessment Report. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change; New York: Cambridge University Press.
- Clemens, Michael A. 2011. "Economics and Emigration: Trillion-Dollar Bills on the Sidewalk?" *Journal of Economic Perspectives* 25 (3): 83–106.
- Clemens, Michael A. 2015. "Global Skill Partnerships: A Proposal for Technical Training in a Mobile World." *IZA Journal of Labor Policy* 4 (2): 1–18.
- Clemens, Michael A. 2021. "The Fiscal Effect of Immigration: Reducing Bias in Influential Estimates." CESifo Working Paper 9464, Munich Society for the Promotion of Economic Research, Center for Economic Studies, Ludwig Maximilian University and Ifo Institute for Economic Research, Munich.
- Clement, Viviane, Kanta Kumari Rigaud, Alex de Sherbinin, Bryan Jones, Susana Adamo, Jacob Schewe, Nian Sadiq, and Elham Shabahat. 2021. *Groundswell Part 2: Acting on Internal Climate Migration*. Washington, DC: World Bank.
- Cortés, Patricia. 2015. "The Feminization of International Migration and Its Effects on the Children Left Behind: Evidence from the Philippines." *World Development* 65 (January): 62–78.
- Damelang, Andreas, Sabine Ebensperger, and Felix Stumpf. 2020. "Foreign Credential Recognition and Immigrants' Chances of Being Hired for Skilled Jobs—Evidence from a Survey Experiment among Employers." *Social Forces* 99 (2): 648–71.
- Devitor, Xavier, and Quy-Toan Do. 2017. "How Many Years Have Refugees Been in Exile?" *Population and Development Review* 43 (2): 355–69.
- Docquier, Frédéric, and Hillel Rapoport. 2012. "Globalization, Brain Drain, and Development." *Journal of Economic Literature* 50 (3): 681–730.
- Duleep, Harriet Orcutt. 2015. "The Adjustment of Immigrants in the Labor Market." In *The Immigrants*, edited by Barry R. Chiswick and Paul W. Miller, 105–82. Vol. 1A of *Handbook of the Economics of International Migration*. Oxford, UK: Elsevier.
- Dustmann, Christian, Albrecht Glitz, and Tommaso Frattini. 2008. "The Labour Market Impact of Immigration." *Oxford Review of Economic Policy* 24 (3): 477–94.
- Dustmann, Christian, and Joseph-Simon Görlach. 2016. "The Economics of Temporary Migrations." *Journal of Economic Literature* 54 (1): 98–136.
- EUTF for Africa (European Union Emergency Trust Fund for Africa). 2018. "Ethiopia Job Compact Sector Reform and Performance Contract." Adoption Date, May 29, 2018, Directorate-General for International Partnerships, European Commission, Brussels. https://ec.europa.eu/trustfundforafrica/region/horn-africa/ethiopia/ethiopia-job-compact-sector-reform-and-performance-contract_en.
- EWI (European Web Site on Integration). 2022. "Poland: Parliament Adopts Law on Assistance to Ukrainian Refugees." *News*, March 18, 2022. <https://ec.europa>

- .eu/migrant-integration/news/poland-parliament-adopts-law-assistance-ukrainian-refugees_en.
- Fonseca, Maria Lucinda, Jennifer McGarrigle, and Alina Esteves. 2010. "Possibilities and Limitations of Comparative Quantitative Research on Immigrants' Housing Conditions." PROMINSTAT Working Paper 6, Promoting Comparative Quantitative Research in the Field of Migration and Integration in Europe, Directorate-General for Research and Innovation, European Commission, Brussels.
- Frattini, Tommaso, and Elena Meschi. 2019. "The Effect of Immigrant Peers in Vocational Schools." *European Economic Review* 113 (April): 1–22.
- Frieden, Jeffrey. 2019. "The Politics of the Globalization Backlash: Sources and Implications." In *Meeting Globalization's Challenges: Policies to Make Trade Work for All*, edited by Luís A. V. Catão and Maurice Obstfeld, 181–96. Washington, DC: International Monetary Fund; Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Government of Jordan. 2016. "The Jordan Compact: A New Holistic Approach between the Hashemite Kingdom of Jordan and the International Community to Deal with the Syrian Refugee Crisis." Statement of the Government of Jordan, Supporting Syria and the Region Conference 2016, London, February 4, 2016. <https://reliefweb.int/report/jordan/jordan-compact-new-holistic-approach-between-hashemite-kingdom-jordan-and>.
- Graham, Elspeth, and Lucy P. Jordan. 2011. "Migrant Parents and the Psychological Well-Being of Left-Behind Children in Southeast Asia." *Journal of Marriage and the Family* 73 (4): 763–87.
- Hussam, Reshmaan N., Erin M. Kelley, Gregory V. Lane, and Fatima T. Zahra. 2022. "The Psychosocial Value of Employment: Evidence from a Refugee Camp." *American Economic Review* 112 (11): 3694–724.
- IDA (International Development Association). 2021. *IDA19 Mid-Term Refugee Policy Review*. Washington, DC: IDA. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/826851636575674627/pdf/IDA19-Mid-Term-Refugee-Policy-Review.pdf>.
- IGAD (Intergovernmental Authority on Development). 2022. "Learning and Experience Sharing between National Refugee Agencies of Ethiopia, Kenya, Somalia, South Sudan, Sudan, and Uganda." *Migration* (post), July 4–8, 2022. <https://igad.int/learning-and-experience-sharing-between-national-refugee-agencies-of-ethiopia-kenya-somalia-south-sudan-sudan-and-uganda/>.
- ILO (International Labour Organization). 2016. "Protecting Migrant Domestic Workers: The International Legal Framework at a Glance." Briefing Note, Global Action Programme on Migrant Domestic Workers and Their Families, Research Series, ILO, Geneva.
- ILO (International Labour Organization). 2019. "General Principles and Operational Guidelines for Fair Recruitment and Definition of Recruitment Fees and Related Costs." Fundamental Principles and Rights at Work Branch, Labour Migration Branch, ILO, Geneva.
- ILO (International Labour Organization), Walk Free, and IOM (International Organization for Migration). 2022. *Global Estimates of Modern Slavery: Forced Labour and Forced Marriage*. Geneva: ILO; Nedlands, WA: Walk Free; Geneva: IOM.
- Infante, César, Alvaro J. Idrovo, Mario S. Sánchez-Domínguez, Stéphane Vinhas, and Tonatiuh González-Vázquez. 2012. "Violence Committed against Migrants in Transit: Experiences on the Northern Mexican Border." *Journal of Immigrant and Minority Health* 14 (3): 449–59.
- IOM (International Organization for Migration). 2020. "Calculating 'Death Rates' in the Context of Migration Journeys: Focus on the Central Mediterranean." GMDAC Briefing Series: Towards Safer Migration in Africa: Migration and Data in Northern and Western Africa, Global Migration Data Analysis Centre, IOM, Berlin.
- IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). 2022. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*. Sixth Assessment Report. Geneva: IPCC; New York: Cambridge University Press.
- Jaupart, Pascal. 2019. "No Country for Young Men: International Migration and Left-Behind Children in Tajikistan." *Economics of Transition and Institutional Change* 27 (3): 579–614.
- Kerr, William R. 2008. "Ethnic Scientific Communities and International Technology Diffusion." *Review of Economics and Statistics* 90 (3): 518–37.
- Lafortune, Gaétan, Karolina Socha-Dietrich, and Erik Vickstrom. 2019. "Recent Trends in International Mobility of Doctors and Nurses." In *Recent Trends in International Migration of Doctors, Nurses, and Medical Students*, 11–34. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.
- Mazzucato, Valentina, Djamila Schans, Kim Caarls, and Cris Beauchemin. 2015. "Transnational Families between Africa and Europe." *International Migration Review* 49 (1): 142–72.
- McLeman, Robert. 2016. "Migration as Adaptation: Conceptual Origins, Recent Developments, and Future Directions." In *Migration, Risk Management and Climate Change: Evidence and Policy Responses*, edited by Andrea Milan, Benjamin Schraven, Koko Warner, and Noemi Cascone, 213–29. Global Migration Issues Series, vol. 6. Geneva: International Organization for Migration; Cham, Switzerland: Springer International.
- Melander, Erik, and Magnus Öberg. 2006. "Time to Go? Duration Dependence in Forced Migration." *International Interactions* 32 (2): 129–52.
- Morris-Suzuki, Tessa. 1995. "The Invention and Reinvention of 'Japanese Culture.'" *Journal of Asian Studies* 54 (3): 759–80.
- Naidu, Suresh, Yaw Nyarko, and Shing-Yi Wang. 2016. "Monopsony Power in Migrant Labor Markets: Evidence from the United Arab Emirates." *Journal of Political Economy* 124 (6): 1735–92.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2008. *International Migration Outlook 2008*. Paris: OECD.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2018. "What Would Make Global Skills Partnerships Work in Practice?" Migration Policy Debates 15, OECD, Paris.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2021. "Financing for Refugee Situations 2018–19." Forced Displacement Series, OECD, Paris.

- OHCHR (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights). 1951. "Convention Relating to the Status of Refugees." Adopted July 28, 1951, by the United Nations Conference of Plenipotentiaries on the Status of Refugees and Stateless Persons Convened under General Assembly Resolution 429 (V) of December 14, 1950. OHCHR, Geneva. <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-relating-status-refugees>.
- Pan, Ying. 2012. "The Impact of Legal Status on Immigrants' Earnings and Human Capital: Evidence from the IRCA 1986." *Journal of Labor Research* 33 (2): 119–42.
- Paoletti, Sarah. 2023. "Temporary Protected Status in the United States: An Incomplete and Imperfect Complementary System of Protection." Background paper prepared for *World Development Report 2023*, World Bank, Washington, DC.
- Parreñas, Rhacel Salazar. 2001. "Mothering from a Distance: Emotions, Gender, and Intergenerational Relations in Filipino Transnational Families." *Feminist Studies* 27 (2): 361–90.
- Pekkala Kerr, Sari, William R. Kerr, Çağlar Özden, and Christopher Robert Parsons. 2016. "Global Talent Flows." *Journal of Economic Perspectives* 30 (4): 83–106.
- Pekkala Kerr, Sari, William R. Kerr, Çağlar Özden, and Christopher Robert Parsons. 2017. "High-Skilled Migration and Agglomeration." *Annual Review of Economics* 9 (1): 201–34.
- Porter, Matthew, and Nick Haslam. 2005. "Predisplacement and Postdisplacement Factors Associated with Mental Health of Refugees and Internally Displaced Persons: A Meta-Analysis." *JAMA* 294 (5): 602–12.
- Rigaud, Kanta Kumari, Alex de Sherbinin, Bryan Jones, Jonas Bergmann, Viviane Clement, Kayly Ober, Jacob Schewe, et al. 2018. *Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration*. Washington, DC: World Bank.
- Rossiasco, Paula Andrea, Patricia de Narvaez, Ana Aguilera, Greta Granados, Paola Guerra, and Taimur Samad. 2023. "Adapting Public Policies in Response to an Unprecedented Influx of Refugees and Migrants: Colombia Case Study of Migration from Venezuela." Background paper prepared for *World Development Report 2023*, World Bank, Washington, DC.
- StatCan (Statistics Canada). 2013. "Immigration and Ethnocultural Diversity in Canada: National Household Survey, 2011." Analytical Document, Catalogue 99-010-X2011001, StatCan, Innovation, Science, and Economic Development Canada, Ottawa. <https://www12.statcan.gc.ca/nhs-enm/2011/as-sa/99-010-x/99-010-x2011001-eng.pdf>.
- Tumen, Semih. 2023. "The Case of Syrian Refugees in Türkiye: Successes, Challenges, and Lessons Learned." Background paper prepared for *World Development Report 2023*, World Bank, Washington, DC.
- UNDP (United Nations Development Programme). 2020. *Human Mobility, Shared Opportunities: A Review of the 2009 Human Development Report and the Way Ahead*. New York: UNDP.
- United Nations. 2018. "Global Compact on Refugees." United Nations, New York. <https://www.unhcr.org/5c658aed4>.
- United Nations. 2019. "Resolution Adopted by the General Assembly on 19 December 2018: Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration." Document A/RES/73/195, United Nations, New York. https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_73_195.pdf.
- United Nations Network on Migration. 2022. "Guidance on Bilateral Labour Migration Agreements." United Nations Network on Migration, Geneva.
- World Bank. 2017. *Forcibly Displaced: Toward a Development Approach Supporting Refugees, the Internally Displaced, and Their Hosts*. Washington, DC: World Bank.
- World Bank. 2018. *Moving for Prosperity: Global Migration and Labor Markets*. Policy Research Report. Washington, DC: World Bank.

Sumário do *Relatório de Desenvolvimento Mundial 2023: Migrantes, Refugiados e Sociedades*

Prefácio

Agradecimentos

Lições importantes

Glossário

Visão geral

Capítulo 1: Matriz de Adequação e Motivação

Destaque 1: História

Parte 1: A migração é necessária para todos os países.

Capítulo 2: Os números: quem migra, para onde e por quê

Destaque 2: Dados

Capítulo 3: A perspectiva: Mudanças nos padrões, necessidades e riscos

Destaque 3: Considerações metodológicas

Parte 2: Quando a adequação é alta, os ganhos são grandes.

Capítulo 4: Migrantes: Prosperidade — ainda mais quando eles têm direitos

Destaque 4: Gênero

Capítulo 5: Países de origem: Gestão da migração em prol do desenvolvimento

Destaque 5: Medição das remessas financeiras

Capítulo 6: Países de destino: Maximização dos ganhos por meio de políticas econômicas e sociais

Destaque 6: Racismo, xenofobia e discriminação

Parte 3: Quando os níveis de adequação são baixos, os custos precisam ser compartilhados — e reduzidos — multilateralmente.

Capítulo 7: Refugiados: Gestão com perspectiva de médio prazo

Destaque 7: Deslocamentos internos e apatridia

Capítulo 8: Migrantes em crise: Preservação da dignidade

Destaque 8: “Raízes do problema” e desenvolvimento

Parte 4: Para melhorar a migração, é necessário mudar nossa maneira de agir.

Capítulo 9: Recomendações: Como melhorar os resultados da migração

ECOAUDITORIA

Declaração de Benefícios Ambientais

O Grupo Banco Mundial está comprometido a reduzir sua pegada ambiental. Para tal, buscamos adotar as opções de publicação eletrônica e tecnologias de impressão por demanda disponíveis em centros regionais ao redor do mundo. Juntas, essas iniciativas permitem que as tiragens das publicações sejam menores e as distâncias das remessas sejam abreviadas. Isso resulta numa redução do consumo de papel e produtos químicos, das emissões dos gases de efeito estufa e do desperdício.

Adotamos os padrões recomendados para o uso de papel definidos pela Iniciativa de Impressão Verde. A maioria de nossas publicações é impressa em papel certificado pelo Conselho de Administração de Florestas (FSC), que contém, em sua grande maioria, de 50% a 100% de conteúdo reciclado.

Em geral, a fibra reciclada usado para o papel de nossas publicações não recebe branqueamento. Quando é realizado o branqueamento, são adotados processos totalmente livres de cloro (TFC), sem uso de cloro processado (PCF) ou sem cloro elementar aprimorado (EECF).

Para obter informações mais detalhadas sobre a filosofia ambiental do Banco Mundial, favor consultar o site www.worldbank.org/corporateresponsibility.



A migração constitui um desafio de desenvolvimento. Cerca de 184 milhões de pessoas — 2,3% da população mundial — vivem fora de seu país de origem. Muitas dessas pessoas (quase a metade) encontram-se em países de renda baixa e média. O que podemos esperar do futuro?

O mundo todo busca soluções para desequilíbrios econômicos globais, tendências demográficas divergentes e mudanças climáticas. Neste contexto, a migração passará a ser uma necessidade para países de todos os níveis de renda nas próximas décadas. Se bem administrada, a migração pode ser uma força motriz para a prosperidade, capaz de ajudar os países a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O *Relatório de Desenvolvimento Mundial 2023* propõe uma abordagem inovadora para maximizar os impactos de desenvolvimento dos movimentos transfronteiriços, considerando países de destino e de origem, bem como os próprios migrantes e refugiados. O marco proposto, baseado em princípios da economia do trabalho e do direito internacional, apresenta-se na forma de uma Matriz de Adequação e Motivação com foco em dois fatores: em que medida as qualificações e atributos dos migrantes correspondem às necessidades dos países de destino; e quais motivos estão por trás de seus deslocamentos. Tal abordagem ajuda os formuladores de políticas públicas a distinguir entre diferentes tipos de migrações e a elaborar políticas em conformidade com isso. A cooperação internacional será fundamental para a gestão eficaz da migração.